

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

ATA N° 003

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Bom-dia a todos e a todas!

Eu gostaria que tomassem assentos nos lugares disponíveis e quero saudar todas as autoridades presentes.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a Audiência Pública com a finalidade de discutir a criação da Floresta Pública Estadual do Vale do Juruena.

Convido para compor a Mesa o Exm° Sr. Deputado Ságuas; a Prefeita Municipal, anfitriã deste evento, a Srª Silda Kochemborger; o representante do Poder Legislativo Municipal, Presidente da Câmara, Vereadora Nilce Aparecida Santana Baliero; o Prefeito Municipal da cidade vizinha de Nova Bandeirantes, Valdir Mendes Barranco; o Prefeito Municipal da cidade vizinha de Paranaíta, Pedro de Alcântara; o Prefeito Municipal da cidade de Carlinda, Orodovaldo Antônio de Miranda; o representante Membro do Conselho do Desenvolvimento da Amazônia Mato-grossense-CODAM e da Câmara Setorial do Desenvolvimento Regional de Alta Floresta, Frank Rogier; representando o setor madeireiro da Empresa Bianchini & Serafim, de Alta Floresta, Sr. Luiz Pedro Serafim (PALMAS).

Na ausência do Sr. Luiz Serafim, eu gostaria de convidar o Mário, que é madeireiro aqui de Apiacás, para representar o setor (PALMAS).

Gostaria de convidar um membro do Comitê Pró-parque, Sr. José Célio Gomes Lima (PALMAS).

Indago se nós temos algum representante de ONGs? Se nós temos algumas ONGs e mais algumas associações aqui presentes?

Convido a representante do Município de Nova Monte Verde, o Prefeito não está, convido a vice-Prefeita Bete Muraro, para representar o município (PALMAS).

Eu gostaria de indagar se nós temos algum representante oficial do Município de Alta Floresta, dos Poderes Executivo e Legislativo?

Gostaria de informar que o Subsecretário de Meio Ambiente, Dr. Luiz Henrique, juntamente com o Raul, estão em Nova Bandeirantes, devem a qualquer momento decolar para Apiacás, tão logo o tempo melhore devem estar a caminho.

Também está em Nova Bandeirantes o Presidente do Poder Legislativo Estadual, Deputado Silval Barbosa, que está se deslocando para cá; e outros Deputados que também poderiam estar aqui, infelizmente, não puderam estar em função do tempo, não conseguiram descer.

Composta a mesa, convido a todos os presentes para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Gostaria de registrar as presenças nesta Audiência Pública, mas antes eu quero fazer alguma indagação, se temos algum representante do Poder Judiciário, do Ministério Público, desta Comarca e de outras Comarcas que compõem esta região (PAUSA).

Quero informar que todos os representantes foram convidados para esta Audiência Pública, inclusive o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Quero registrar as presenças dos senhores: José Mário da Costa, Zé Mario, Vereador de Apiacás; Eliazar Cândido Barros, Vereador de Apiacás; Luciano da Silva Soares, vice-Prefeito; Osvaldo Pereira Dias, Vereador de Apiacás; Sebastião dos Santos Oliveira, Vereador de Apiacás; Edílson, Vereador de Apiacás; José Eder da Luz, Vereador de Apiacás; Moacir Ferronato, Vereador de Apiacás; Diógenes Correa, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes; Sandro Roberto da Silva, Fumaça, Vereador de Nova Bandeirantes; José Carlos Muraro, Vereador da Câmara Municipal de Nova Monte Verde. Junto com o Muraro, eu agradeço a presença do Chico, do Bonan.

Osmar José, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Apiacás; Ednaldo Estevão, pesquisador da CEPLAC de Apiacás; Bruce Antônio Vincenzi, proprietário do Hotel Serra Dourada, em seu nome eu quero saudar todos os empresários aqui.

Luiz Augusto Rebouças, pecuarista de Alta Floresta. Quero saudar todos os pecuaristas presentes.

Dr. Marco Aurélio, dentista. Eu quero saudar todos os profissionais liberais aqui.

Mário Giaconelli, representante do comitê de Apiacás; Dr^a Ana Maria Vincenzi, advogada aqui de Apiacás; Sr. Seyr Ruelis, Presidente do Conselho Sindical Rural de Alta Floresta; Hilário Pinto, empresário de Apiacás; Sr. José Soares Rocha, comerciante; Sr. João Braga, Presidente do *Rotary*, centro de Alta Floresta; Sr. Gerson da Silva, fazendeiro de Apiacás.

Nós queremos agradecer aqui as comitivas dos Municípios de Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Paranaíta, Carlinda e Alta Floresta aqui presentes. E, também, queremos agradecer a nossa gloriosa Polícia Militar e a Polícia Civil pelas presenças. Agradecemos ao Sr. Mauro Saggin, engenheiro florestal de Alta Floresta. Agradecemos a presença das pessoas da Comunidade Mutum. Agradecemos aos funcionários da Câmara Municipal e da Prefeitura. Eu quero agradecer de maneira especial a presença das nossas taquígrafas, que enfrentaram essa estrada e estão aqui. São todas mulheres. As taquígrafas da Assembléia Legislativa são todas mulheres. Como também agradecer o cerimonial, que está aqui presente. O pessoal da nossa imprensa. Eu acredito que a TV Assembléia está...

Esta audiência pública será reproduzida em Cuiabá, através da TV Assembléia, na pessoa do Marcos Adriano, do Carlão e de todos que fazem parte.

Bem, a Sr^a Gina já está posicionada.

Eu informo à Mesa que, inicialmente, nós vamos fazer uma exposição sobre as pretensões da Assembléia Legislativa, sobre a proposta que está em tramitação na Assembléia Legislativa.

Eu indago à Mesa se daqui tem como acompanhar ou se desfazemos a mesa e, ao final da palestra, a refazemos (PAUSA). Então, nós desfazemos a mesa, neste momento, para darmos início à exposição.

(A MESA É DESFEITA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu peço às pessoas que quiserem fazer uso da palavra se inscreverem na mesa de entrada, com o nosso cerimonial. Façam as inscrições para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

fazerem uso da palavra.

Eu quero agradecer também ao Luís Carlos, que é Assessor Técnico da Mesa Diretora.

Bom, eu quero, mais uma vez, saudar a todos. Infelizmente, ou felizmente, esta região é boa por isso, não é Dona Nilce, por causa da chuva, não foi possível virem todas as autoridades que esperávamos. Nem por isso a audiência pública tem menos importância. Pelo contrário, a audiência pública tem a mesma importância. Nós lamentamos que não estejam presentes o Ministério Público, que seria de vital importância aqui, e o Poder Judiciário. Mas esta audiência pública será documentada e vamos passar-lhes toda essa documentação.

(O ORADOR FAZ USO DE *DATA-SHOW*.)

E como vocês viram aqui: Floresta Estadual do Vale do Juruena, proposta para discussão com a sociedade.

Aqui ninguém trouxe uma peça pronta e acabada. Nós trouxemos uma peça que é o projeto de lei apresentado aqui. E eu quero agradecer a todos os Deputados Estaduais na pessoa do Dr. Ságua, que é também Deputado Estadual da região norte, de Juína. Essa proposta, que é um projeto de lei que está em tramitação na Assembléia Legislativa, já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. E agora nós estamos discutindo o mérito dessa proposta.

Vocês vão ver aí, no decorrer da proposta, que nós trazemos uma proposta de 426 mil hectares para operação de uma floresta pública. Nós já ouvimos aqui alguns sugerindo 700 mil. Isso não tem problema. Vai ser feito um estudo pela SEMA. Nós já estivemos em contato com o Dr. Marcos Machado, na quarta-feira passada, numa reunião com o setor madeireiro, com o pessoal do Vale do Arinos, e nesse dia eu pedi ao Dr. Marcos que nós agilizássemos um estudo para a criação, o mais rápido possível, da floresta pública. E esse estudo vai determinar se essa área vai ser de setecentos, de um milhão, de quatrocentos.

Nós entendemos que essa floresta é de vital importância para a economia da região. E sendo de vital importância, o próprio setor madeireiro defende que criemos uma floresta pública maior, começando lá da ponta do norte para cá, para criarmos uma floresta, realmente, com uma área que possa assegurar aqui o funcionamento do parque madeireiro nos próximos trinta anos.

Aqui, vocês viram unidade de conservação, alguns detalhes sobre a lei vigente.

No Brasil, a Lei Federal nº 9.985, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. É o SNUC que define o objetivo e as atividades que poderão ser desenvolvidas nos diferentes tipos de unidade de conservação. De acordo com o SNUC, nós temos dois grandes grupos de unidade de conservação, que são: as unidades de conservação de proteção integral que, no caso, são os parques; e a unidade de uso sustentável, que é, na verdade, a proposta que nós estamos fazendo.

Aqui o parque nacional, que é uma unidade de conservação de proteção integral, o seu uso é restritivo, é mais restritivo. O parque tem como objetivo principal a conservação do ecossistema. Permite atividades como pesquisas científicas, educação ambiental e turismo ecológico. O parque nacional é de domínio público. Suas áreas particulares serão desapropriadas.

A floresta nacional, que é uma unidade de conservação de uso sustentável, o seu uso é menos restritivo. Seu objetivo principal é compatibilizar conservação com uso sustentável de parte dos seus recursos naturais. Permite o uso múltiplo dos recursos florestais de forma sustentada e a pesquisa científica. A floresta pública nacional, estadual ou municipal também é de domínio público. Aqui - é bom que se diga -, a legislação ambiental é uma legislação concorrente. Podem legislar o Município, o Estado e a União, mas cada um respeitando os limites do ente maior. Por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

exemplo, não adianta o Estado achar que vai legislar, ultrapassando as barreiras impostas pela legislação federal, que não vai. A legislação, lógico, é preponderante.

Parque Nacional do Juruena. O Ministério do Meio Ambiente está propondo a criação do Parque Nacional do Juruena, abrangendo parte dos Municípios de Apiacás, Nova Bandeirantes e Cotriguaçu. A área total do parque é de aproximadamente - ninguém sabe o certo - 1 milhão, 150 mil hectares. Aqui um demonstrativo de quanto abrange em cada município. Vocês estão vendo aqui.

Em Apiacás, a área total do município é de 2 milhões, 45 mil hectares. A área do parque proposta, dentro do Município de Apiacás, é de 980 mil hectares, aproximadamente. Isso representa 47,9% da área do município. Percentual da área do parque seria composto... O parque teria 85% de sua área dentro do Município de Apiacás.

Nova Bandeirantes tem uma área total de 960 mil, 234 hectares. E em Nova Bandeirantes, 58 mil, 870 hectares estariam dentro do parque. Isso representa 6,1% da área do município, e seriam 5,1% do total do parque área de Nova Bandeirantes.

Cotriguaçu tem uma área total de 949 mil, 87 hectares. Cerca de 114 mil, 74 hectares seria a área do parque dentro de Cotriguaçu. Essa área representa 12% do município; e 9,9% da área total do parque que está sendo proposta aqui.

Importância da área para conservação. Aqui nós queremos fazer um registro, porque nós, como Parlamentares, eu, o Deputado Ságua, todos os demais Parlamentares e a sociedade como um todo, a Assembléia Legislativa, representando a sociedade mato-grossense, reconhecem a área em questão de grande importância para a conservação.

Diversos estudos científicos que foram realizados no Seminário de Macapá, que foi o seminário realizado em 99, demonstram isso. Aqui é um mapa que foi feito no Seminário de Macapá, através de um estudo das áreas prioritárias para uso sustentado de conservação, da biodiversidade da Amazônia Legal.

Aqui embaixo tem um quadrinho, talvez vocês não consigam ver, mas esse quadrinho, o vermelho, é área de extrema importância. São áreas consideradas de extrema importância para o meio ambiente, conservação do meio ambiente.

Área de muita importância, essa área verde. Eu não sou muito bom para enxergar a cor.

A área amarela é área de alta importância. Vocês vejam que tem pequenas áreas amarelas. Essas áreas são consideradas de alta importância. E áreas insuficientemente conhecidas, mas de provável importância, essa área azul, que não tem estudo suficiente, que é uma área menor. Está mais difícil de ver porque se mistura com o branco. Não tem estudos suficientemente realizados que comprovem a importância, mas é de provável importância.

É preciso analisarmos outros indicadores da região. Aqui é uma das razões da realização desta Audiência Pública, a nossa preocupação com a economia da região e com a geração de emprego. A nossa preocupação é com a economia da região, com a geração de emprego.

Só para vocês terem uma idéia, esse quadro que se apresenta está lá, população, isso é aproximado, porque pelo IBGE, Apiacás tem nove mil habitantes, seis mil, parece-me, seis mil; Nova Bandeirantes teria, aproximadamente, sete; Cotriguaçu, aproximadamente, dez. Nós calculamos que Apiacás tem mais de doze mil habitantes, de doze a quinze; Nova Bandeirantes tem também, aproximadamente, quinze; e Cotriguaçu, mais ou menos, vinte.

Área urbana e rural: Apiacás, 67%; Nova Bandeirantes, 73%. Gente, este quadro ficou meio confuso. Ele não tem tanto significado para esta Audiência Pública, mas ficou confuso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

para as pessoas entenderem. Vamos nos ater aqui mais aos aspectos geográficos, econômico, IDH. Por exemplo, crescimento demográfico, estável desde 1996, em Apiacás. Crescimento demográfico de 5,3% em Nova Bandeirantes, 2000/2004; crescimento demográfico de 6,6% em Cotriguaçu, 2000/2004.

Dados demográficos: 11 habitantes por quilômetros quadrados em Apiacás; 9,5 em Nova Bandeirantes e 16,8 em Cotriguaçu.

O IDH, no *ranking* do Estado, Apiacás é 0,713, é o de número 92. Vejam vocês que nós temos 141 municípios e Apiacás está realmente numa posição, não só Apiacás, mas os três Municípios aqui, com IDH realmente muito baixo. Nova Bandeirantes ainda menor, 0,702, é o de número 102, e Cotriguaçu 0,721, número 80.

Para quem não sabe o que é IDH, IDH é o que mede a qualidade de vida das pessoas, leva em conta saúde, educação, qualidade de vida, geração de renda, emprego.

PIB por habitante: Apiacás, 2.786; Nova Bandeirantes, 3.021; e Cotriguaçu, 2.744, bem abaixo da média nacional.

Analfabetismo: 21% em Apiacás, 15% em Nova Bandeirantes e 16% em Cotriguaçu. Esses números não são exatos, eles podem estar ultrapassados porque nós tivemos um amplo trabalho na área de educação.

Percentual de áreas protegidas existentes, mais Parque Nacional do Juruena. Aqui levando em conta a criação do parque nacional: Apiacás ficaria com 71% da sua área totalmente protegida, ela estaria excluída do processo econômico, não poderia ser explorada; 6,1% do Município de Nova Bandeirantes, é relevante; e 31,4% do Município de Cotriguaçu, já é um pouco preocupante.

Aqui vocês têm uma noção através do mapa, Parque Nacional do Juruena mais as áreas protegidas existentes, que são os 71%, e mostram essa composição. Vocês estão vendo as duas setinhas que mostram as áreas protegidas, incluindo o Parque Nacional aqui de Juruena.

Aqui a Floresta Estadual do Vale do Juruena. Eu vou fazer algumas considerações. Considerando todas as variáveis apresentadas, a Assembléia Legislativa está propondo a criação da Floresta Estadual do Vale do Juruena.

A Floresta Estadual ocupará apenas parte da área proposta para o Parque Nacional do Juruena. Uma floresta estadual permitirá a implantação de um projeto piloto de desenvolvimento florestal para o Estado de Mato Grosso.

Aqui onde eu falo, às vezes até faço crítica à Ministra do Meio Ambiente, que ela sendo da região deveria saber que a principal fonte de riqueza nossa é o extrativismo. Ora, se é o extrativismo, é incoerente querermos criar aqui um parque de um milhão de hectares, excluindo isso da nossa economia, levando em conta que a população que aqui está já tem muitas restrições. Por exemplo, a exploração de 20% é insuficiente. Hoje, ficaram totalmente inviabilizados os assentamentos na Amazônia. O proprietário que tem... Aqui, quem veio do Paraná, quem veio da região Sudeste do País, sabe que o cidadão que tinha 100 hectares lá era fazendeiro. Eu morava em uma fazenda que tinha 121 hectares. Aqui, de 121 hectares você só pode explorar 24 hectares. Quer dizer, é insuficiente para qualquer tipo de pecuária, talvez só para a pecuária leiteira e outra atividade. Agora, nós estamos com algumas alternativas que podem ser desenvolvidas na região, mas ainda não tem estudo que comprove, por exemplo, a viabilidade do biodiesel aqui. Já tem alguns estudos sendo desenvolvidos, mas na prática ainda não temos nada.

Aqui é uma demonstração da área proposta para criação da unidade de conservação. Vocês podem verificar que tem uma seta acima mostrando a área que seria o Parque

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Nacional do Juruena. Logo abaixo, mostra a terra indígena Caiabi, que é essa área circundada de amarelo. E a Floresta Estadual do Vale do Juruena, essa seta mais abaixo, que é essa composição. Algumas pessoas que conhecem melhor a região já me disseram, o Vereador Edilson me disse: “Riva, o melhor seria criar a floresta pública de lá pra cá, não daqui pra lá porque aqui nós temos área de cerrado e talvez tenham algumas propriedades privadas que já têm área aberta”.

Isso é um estudo. A proposta está aí para ser debatida. Nós estamos propondo 426 mil, mas nada impede que ela seja maior. Aliás, há até interesse que ela seja maior. Nós propusemos 426 mil porque temos que levar em conta que entre as restrições nós não podemos utilizar o solo. Quer dizer, nós temos que analisar. Será feito um estudo. Nós vamos pedir para ser agilizado esse estudo. E a SEMA tem condições de fazer esse estudo em cima dessa proposta ali.

Esse projeto a qualquer momento pode ser alterado. Ele está lá para receber emendas. Inclusive, não só emendas de Deputados. Se a sociedade organizada quiser apresentar uma proposta de emenda pode apresentar. Não tem problema nenhum. A Assembléia Legislativa, nós Deputados, o Deputado Ságua e eu, os demais Deputados, vamos incorporar a emenda ao projeto e vamos estudar.

Para que a floresta estadual obtenha êxito em seus objetivos é preciso que algumas iniciativas sejam alcançadas. Aí estão alguns pontos que nós consideramos cruciais para o êxito dessa iniciativa.

Apoio do Governo Estadual na regulamentação do uso da floresta pública, na implementação de infra-estrutura necessária para o fortalecimento do setor florestal, no incremento da extensão rural, capacitação e educação ambiental, na elaboração e disponibilização dos estudos técnicos para criação da floresta estadual, que é o que a SEMA vai fazer agora.

Apoio do Governo Federal.

Gestão compartilhada da floresta estadual, uma vez que o projeto reflete o objetivo do Ministério do Meio Ambiente em buscar alternativa para exploração econômica de baixo impacto para a Amazônia Brasileira.

Apoio da comunidade, contribuindo para a gestão da floresta estadual, dos investimentos que passam a gerar emprego e renda para a região.

Alguns benefícios aqui associados à implementação da floresta estadual.

Eu quero já, antes de ler esses benefícios, dizer que não foi incluído aqui, mas é um dos benefícios que, não tenho dúvida, é o maior benefício, por sinal, que poderia ser relacionado aqui na criação dessa floresta pública, que é a organização do setor madeireiro.

Eu tenho batido muito nessa tecla e quero me dirigir, especialmente, aqui, ao setor madeireiro.

Eu quero que levantem a mão todos que são madeireiros, por favor, que são empresários do setor madeireiro. Parece um contingente pouco, mas, com certeza, se reunirmos toda a sociedade apiacaense e nessa reunião disséssemos assim: levante a mão quem tem relação com o setor madeireiro, quem de certa forma se beneficia economicamente do setor madeireiro, vão levantar a mão quase cem por cento, porque são as farmácias, as autopeças, as oficinas, os funcionários do setor madeireiro.

Nessa Operação Curupira teve um momento que nos chamou muita atenção, foi quando fui a Juara, cheguei lá naquela crise da Operação Curupira, tinha mais ou menos uns trezentos funcionários de serraria no aeroporto me esperando para pedir pelo amor de Deus para não deixar o setor madeireiro fechar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Eu tenho defendido o setor, falado ao Governador e tive a oportunidade de dizer isso lá no Ministério do Meio Ambiente, ao Flávio Montiel, ao Capobianco, à Ministra do Meio Ambiente: Olha, o setor madeireiro nunca pode ser visto como um vilão. Nunca. Nós temos que esquecer o passado. Mas a grande verdade é que o grande culpado do setor madeireiro não funcionar é o próprio poder público. Quando dificultou os manejos, o setor madeireiro não tinha outra saída, tinha gente que desmatava só para ter crédito de entrada, porque tinha dificuldade no manejo.

Eu me lembro quando a Assembléia Legislativa propôs, Deputado Ságua, os 30% do crédito do manejo, nessas novas reformulações do Código Florestal e de implementação da política ambiental, Dona Gina, teve Promotor que empinou o nariz: “Onde já se viu entrar com manejo e dar 30%”. Eu falei: Moço, vocês estão com uma leitura equivocada. Quanto maior facilidade para o manejo, menos desmatamento nós vamos ter. Porque a grande verdade é que se perguntar para a maioria, o que você prefere, ganhar dinheiro com a mata em pé ou ganhar dinheiro derrubando a mata, todo mundo vai querer ganhar dinheiro com a mata em pé. Você não corre risco de ter gente morta debaixo de árvore; você não tem nenhum risco e ainda vai proteger o meio ambiente. A grande verdade é que nós fomos obrigados a essa atividade que muitos enquadram como atividade depredadora, que é o desmatamento para a pecuária, é a extração da madeira.

E o setor madeireiro é o menor culpado disso tudo. O que eu já ouvi de madeireiro aqui, hoje. “Não tem jeito de ser 1 milhão de floresta pública?” Porque o setor madeireiro tem uma preocupação, se acabar a floresta, acabou a atividade. Nós vamos ficar aqui com um monte de ferro velho empilhado sem saber o que fazer com ele. Sem contar que o Governo Federal e o Governo Estadual não incentivaram o reflorestamento. E a falta de incentivo ao reflorestamento vem provocando isso: o extermínio da mata e, conseqüentemente, uma atividade fadada a morrer.

Quer dizer, entre esses benefícios, eu quero encaixar aqui o setor madeireiro. Dizer que nessa reunião com o Governador ficou acertado. E agora eu quero chamar a atenção de vocês: Façam a adesão ao Pró-regularização, façam a declaração de estoque. Porque ficou praticamente acertado que, fazendo a declaração de estoque e adesão à Pró-regularização, a SEMA vai autorizar - isso não está ainda definido, porque o Governador ficou de conversar com o Secretário de Meio Ambiente. Essa audiência foi ontem, às 16:00, fiquei até em Cuiabá para isso. Mas o Governador assumiu um compromisso, ontem, com os madeireiros de Juara, que eram mais ou menos uns 20 madeireiros, de encaminhar uma liberação provisória para transporte da madeira mediante a declaração de estoque, o Pró-regularização e o cadastramento. Quer dizer, muito importante.

E aí vocês vão falar: “Mas tem madeireiro que não dá conta de pagar a Pró-regularização”. Vai parcelar em 12 vezes. A Assembléia Legislativa vai aprovar isso na semana que vem. Quer dizer, vocês vão ter condições de fazer, sim. “Ah, mas é muito burocrático.” Não tem problema. A Assembléia Legislativa, juntamente com a SEMA e qualquer um de nós aqui, tem condições de ajudar nesse encaminhamento. Tudo que for possível fazer para o setor funcionar, tem que ser feito.

Primeiro, pelo aspecto econômico do Estado; segundo pelo aspecto social... Aliás, antes até do econômico, o social dessa região. Porque, no dia em que eu visitei Colniza, no domingo passado, Pedro, lá no Município de Colniza, teve uma coisa que me chamou muita atenção - eu fui visitar a feira da cidade, de manhãzinha, no domingo, cheguei cedo, 08:00 horas, e fui na feira livre - , o número de pessoas pedindo cesta básica, todos ex-funcionários de madeireiras. Quer dizer, realmente, é uma coisa que toca fundo.

Liguei para o Governador no mesmo dia e falei: Governador, o senhor precisava vir a Colniza, ficar um dia aqui, e o senhor vai ter reflexo de toda região. Colniza, um pouco mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

acentuada, lá nós temos três mil quinhentas a quatro mil quinhentos funcionários desempregados com essa crise do setor madeireiro. Agora vocês imaginem o que é uma cidade com uma população urbana de quinze mil. Agora vocês imaginem o que é quatro mil quinhentos desempregados num contingente de quinze. É muito grande. Imaginem o que pode acontecer nessa cidade daqui a alguns dias se essa economia não for recuperada: saqueamento, violência, uma série de coisas... E isso é muito mais caro para o Estado. Então, o Estado tem que recuperar essa economia de qualquer forma, e aí vem o aspecto caixa do Governo.

Imaginem vocês, o Blairo tem uma máxima de dizer assim: “Olha, gente, o dinheiro que eu vou trabalhar o mês que vem ainda está no bolso de vocês.” Aí eu disse para o Blairo: Então, o senhor está ferrado, porque se tiver no nosso bolso, o mês que vem, o senhor vai trabalhar quase sem nada, porque ninguém tem nada no bolso. Não é verdade? É a grande verdade. Essa crise que está no Estado não é uma crise do Estado, é uma crise geral que se instalou em Mato Grosso, vem da economia da pecuária, vem da soja, vem do algodão, vem do arroz, e aí chegou na madeira. E a madeira não é da Operação Curupira para cá. É lá de trás, da inoperância do IBAMA, da falta de atenção com o setor e também não é deste Governo para cá, até porque tem pessoas que falam: “Ah, às vezes, o Riva é crítico, vai criticar aqui o Governo do PT”. Não é. Para mim, isso é lá de outros governos para cá. É um erro histórico que o País cometeu.

A Gina falou uma coisa interessante, ontem, para mim: “Eu insisti tanto com o Dante para essa questão da floresta.” Ela insistiu com o Dante, é engenheira florestal, foi da SEMA, foi do Ministério do Meio Ambiente... Ela disse: “Eu insisti tanto sobre a importância da floresta.” Cuidaram da questão ambiental e esqueceram da floresta. Aí o que aconteceu com o setor madeireiro? E ninguém sabia dimensionar.

Eu ouvi do Secretário de Fazenda um dia o seguinte, Deputado Ságua: “Ah, mas a economia do setor madeireiro é pouco representativa, são 6%.” Eu falei: Você vai ver o efeito dominó. Quando o setor madeireiro entrar em crise, entra em crise vários setores: a farmácia demite, a oficina demite, o supermercado demite, a Prefeitura vai ter que demitir porque não vai ter dinheiro para pagar. Essa é a triste realidade da região.

Então, não adianta questionar. O setor madeireiro é vital para a economia da região. Estão, exatamente, trabalhando contra o meio ambiente, quando trabalham contra o setor madeireiro. O setor madeireiro quer tirar as árvores maduras. É daí que vem as propostas que nós fizemos e daí é que vem a importância de dar agilidade aos projetos de manejo sustentável. Era um erro o cidadão ficar cinco anos para conseguir um manejo. Ora! Quem vai querer ficar cinco anos atrás de um projeto de manejo? Perde a paciência.

Portanto, estão aqui alguns benefícios: ampliação de atividades produtivas devidamente licenciadas; geração de emprego e renda não só no setor madeireiro, como no turismo, na pesquisa e em tantas outras; distribuição de renda; geração e disponibilização de tecnologia de exploração de baixo impacto; desenvolvimento de um modelo alternativo para exploração sustentável florestal; manutenção do ecossistema florestal; desenvolvimento de uma economia com maior estabilidade; desenvolvimento local com melhoria de qualidade de vida. Aqui nós poderíamos crescer mais e mais benefícios, muitos, que vocês conhecem melhor do que eu.

Então, por isso eu venho aqui defender e dizer para vocês que essa idéia - não adianta dizer que ela é diferente, porque não é - foi exatamente no sentido de mostrar ao Ministério do Meio Ambiente, ao Governo federal que nós nos preocupamos, sim, com o meio ambiente, mas junto com essa preocupação vem também a preocupação com a economia e com a parte social. Então, nós não podemos abrir mão de uma riqueza como essa que está aí. E eu não acredito que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Deus pensou diferente. Eu acredito que Deus colocou as riquezas para serem exploradas racionalmente.

Agora, eu quero dizer uma coisa: nós brasileiros, às vezes, nos acovardamos. Já fomos covardes na discussão da hidrovia, quando não ampliamos essa discussão. Aceitamos tudo que vinha de alguns ambientalistas, porque é importante o ambientalista. Gente, enquanto nós estamos aqui sofrendo pressão internacional para não fazer hidrovia, os Estados Unidos transportam 78% da sua produção pelas hidrovias a um custo que viabiliza a produção deles. Quer dizer, não discutir a hidrovia é continuar com o custo alto e com as rodovias perigosas que nós temos. Nós nos acovardamos, por exemplo, na questão das usinas. Está aí o caso da usina de Aripuanã. Quanto pode representar para a região aquela usina? Fizemos lá uma audiência pública, e o Ministério Público pediu o cancelamento da audiência pública, não tendo participado dela. Uma usina que podia resolver a situação energética da região, gerar emprego, gerar renda e poderia ter o impacto muito reduzido em função da tecnologia que nós temos hoje disponível. Então, nós temos que dar um basta nisso. Temos que aceitar a discussão, aceitar o contraditório, mas jamais nos omitirmos nessa discussão.

Eu tenho insistido, tanto que nós fizemos um ofício ao Governador, no final do ano passado, os 24 Srs. Deputados assinaram, pedindo ao Governador, pelo amor de Deus, para não deixar criar esse Parque Nacional agora, porque vai acabar com a região. Pelo amor de Deus, vamos criar algo que seja possível compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento sustentável! E a forma de se compatibilizar isso é através da floresta pública, que é de domínio público, mas em que poderão ser exploradas todas as riquezas que têm nessa área. Eu sou a favor, inclusive, da exploração mineral. Sou a favor da exploração mineral com estudos, com redução do impacto ambiental. Nós temos que explorar essa riqueza. Eu não acredito que essa riqueza foi colocada aqui só por bonito. Não! Eu acredito que foi colocada para o sustento do homem, mas para ser explorada racionalmente. Agora, não podemos aceitar irresponsabilidades. Não podemos! Eu condeno esses que estão derrubando árvores dentro dos rios, que estão desmatando as nossas nascentes, que não respeitam a nossa legislação. Essa legislação, hoje aprovada pelo Estado de Mato Grosso, é possível de ser cumprida. Inclusive, o próprio setor madeireiro não tem porque não aderir ao Pró-regularização. Não tem. Podem aderir que vocês verão que é benéfico para vocês.

Então, eu quero aqui, finalizando, agradecer a participação de todos vocês. Vamos continuar o debate. Nós ainda estamos no aguardo da chegada do Subsecretário do Meio Ambiente, do Presidente da Assembléia Legislativa, que tiveram dificuldades para descer. Mas nós vamos abrir o debate.

Eu quero, antes de abrir o debate, agradecer a todos vocês que, em um dia chuvoso, vieram participar desta audiência pública, especialmente os Prefeitos.

Então, eu quero convidar os Prefeitos e as autoridades que estavam na mesa para recomponem-na, porque nós vamos passar a palavra e, em seguida, abrir ao debate com a sociedade organizada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O módulo ficará disponibilizado no *data-show*. Quem quiser que reprove, peça-o no uso da fala, porque está à disposição.

Muito obrigado, de coração, pela participação de vocês (PALMAS).
(A MESA É RECOMPOSTA).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou abrir a fala agora para o Deputado Estadual Sguas, que é defensor da região norte.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Gostaria de dizer aqui para vocês que apesar das divergências de partido, a bancada do norte está extremamente unida não só nesse pleito mas em todos os pleitos do norte. O Deputado Pedro Satélite, o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Dilceu Dal Bosco, o Deputado Mauro Savi, o Deputado Sguas e eu temos um compromisso com a região e temos agido aqui com muita unidade, quando se fala em interesse regional.

Então, eu passo, neste momento, a palavra ao Deputado Sguas.

O SR. SÁGUAS - Eu quero saudar aqui o Deputado Riva, que está presidindo esta audiência pública; a Prefeita do Município de Apiacás, a Silda; o Prefeito Valdir Barranco, de Nova Bandeirantes, que é do meu partido, o Partido dos Trabalhadores; o Frank, que vem representando a Câmara Setorial aqui da região de Alta Floresta; a dona Nilce, que é Presidente da Câmara Municipal de Apiacás; o Pedro Porta Aberta, Prefeito de Paranaíta; o Dr. Miranda, colega de profissão, Prefeito de Carlinda; o Mário - você está filiado ainda no PT, Mário? -; o Célio, que é representante aqui da região na discussão do parque; e a dona Elizabeth Muraro, vice-Prefeita de Nova Monte Verde

Quero saudar todos os vereadores e vereadoras presentes na pessoa do Diógenes, que é Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, que também é do meu partido; e na pessoa do popular Buriti, que é Vereador do Partido dos Trabalhadores aqui do Município de Apiacás.

Deputado Riva, eu jamais poderia deixar de estar presente aqui. Eu sei que todos os Deputados do nortão gostariam também de estar presentes, assim como o Deputado Silval Barbosa, que já tentou descer aqui, mas não conseguiu por conta da chuva. E não só eu, o Deputado Riva e o Deputado Silval mas também o Deputado Pedro Satélite, o Deputado Mauro Savi, o Deputado Dilceu Dal Bosco. Como o Deputado Riva disse, nós todos temos lutado. Nós somos moradores daqui e conhecemos as dificuldades.

Eu, o Deputado Riva e o Deputado Silval Barbosa ainda tivemos o privilégio de termos sido prefeitos. O Deputado Riva ficou seis anos; e eu fiquei quase seis anos, por dois mandatos. O Deputado Riva teve a sorte de pegar um mandato só de seis anos.

Então, nós fomos prefeitos aqui. O Deputado Riva, o primeiro Prefeito de Juara, em uma região muito difícil hoje, naquela época muito mais; eu, de Juína, por dois mandatos, estava bem próximo daqui. Então, nós vivemos a realidade do nortão, dos problemas daqui, da economia da região, do setor madeireiro. Juína e toda região noroeste, 60% da economia da região giram em torno do setor madeireiro. Então, nós nunca nos furtamos de participar do debate e de dar apoio ao setor.

Na minha plataforma de campanha a deputado, eu citava que um dos grandes problemas era o IBAMA que não funcionava naquela época. E aí nós percebemos que não era só pelos vícios do órgão, pela má vontade, mas porque o órgão não tem gente suficiente para atender as quase duas mil madeiras que existem em Mato Grosso, tem uma administração centralizada em Brasília e, com muita frequência, troca-se o Superintendente de Mato Grosso. Com isso cada superintendente que chega aqui, ou está começando, ou está terminando uma operação na região. Ele fica com medo de tomar uma decisão. Aí ele tem que ir a Brasília, e a decisão demora a chegar aqui. O setor, ao longo desses últimos 8 anos, principalmente nesses últimos 8 anos, foi aos poucos sendo jogado para a ilegalidade, foi sendo colocado de forma que não teve como trabalhar dentro da legalidade. E aí as pessoas que estão de fora, que não são da região, tentam generalizar. Eu sempre tenho dito: Não! Eu acredito que pode até ter pessoas que não são de boa intenção no setor, como em qualquer atividade existem pessoas boas e más intencionadas. Mas de qualquer maneira se forem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

colocadas as condições para que o setor possa trabalhar, eu não tenho dúvida nenhuma de que esse setor irá procurar se adequar.

E aí, hoje, nós estamos aqui para discutir a questão do Parque Nacional do Juruena. Agora, a Assembléia Legislativa vem com essa proposta da criação da Floresta Estadual de Juruena.

Nós temos que lembrar e fazer um levantamento - o Deputado Riva até colocou na exposição ali -, que essa idéia da criação dos parques nacionais iniciou-se em 1999, como foi mostrada ali, mas ela ficou mesmo definida que seria criada a partir de 2002. Desde o Alto Amazonas até Tocantins, seriam criados 5 grandes parques, que seriam grandes corredores ecológicos do Brasil, nessa região amazônica. E depois, especificamente nosso, o Parque Nacional do Juruena começou com a idéia de 3 milhões de hectares. Depois foi reduzido para um milhão e oitocentos e a parte que cabe para Mato Grosso é em torno de um milhão e duzentos, um milhão e cinqüenta mil hectares, sendo que boa parte está dentro do Município de Apiacás.

É natural que a gente fique preocupado, a região, a prefeitura, os vereadores e as vereadoras, porque a questão é que o parque é restrito, ele é de uso restrito e as pessoas terão dificuldades em fazer qualquer tipo de atividade, principalmente nessa atividade que são próprias desta região, como a atividade madeireira e a atividade mineral.

Agora, nós estamos aqui com essa proposta da criação da Floresta Estadual de Juruena, que vai permitir, como o Deputado Riva deixou claro, é uma área de domínio público, mas vai permitir que haja exploração de forma racional e sustentada da floresta. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é o que todos nós queremos. Pode até ter um ou outro que não queira que seja feito de forma ordenada, de forma racional, porque se as coisas continuarem de forma desordenada, provavelmente, a nossa madeira vai acabar em dez anos.

Se nós fizermos a exploração de forma racional e sustentada, nós poderemos ter madeira por trinta anos, quarenta anos, quem sabe, cinqüenta anos. Quem sabe daqui a algum tempo nós iremos começar a plantar árvores também. Então, é nesse sentido que nós estamos fazendo esse debate que, sem dúvida nenhuma, é a grande preocupação da região, que nós possamos continuar trabalhando, gerando riqueza e mais do que isso, Deputado Riva, nós começarmos, ao chegar na Assembléia Legislativa, a fazer com que essa cadeia produtiva do setor madeireiro possa ser maior.

Hoje, salvo algumas exceções, como é o caso das laminadoras, de um ou outro beneficiamento, a maioria das madeiras sai em pranchas daqui. De vez em quando, muito raramente, hoje, sai em tora, como saíam muito até pouco tempo algumas madeiras mais novas.

Nós precisamos agregar valores aos nossos produtos. A indústria madeireira não é a mais cara das indústrias e gera uma grande quantidade de emprego. Temos que pensar em investir em qualificação de mão-de-obra do setor. Nós temos que trabalhar aqui com a política estadual, o Governo Federal e nós, a Assembléia Legislativa, temos o papel fundamental de estar fomentando essa idéia, as prefeituras, as câmaras de vereadores, o setor organizado, para que nós possamos, de fato, também agregar valores aos nossos produtos.

Aí, Deputado Riva, a importância dessa floresta, de termos um plano de manejo adequado e a madeira sair certificada daqui, porque daqui a pouco, principalmente, a região que trabalha com exportação, daqui a pouco essa madeira não vale mais nada lá fora se ela não tiver o selo verde, se ela não for uma madeira certificada, se ela não tiver a origem bem declarada, que é um plano de manejo sustentado. Daqui a pouco a nossa madeira não vai valer nada lá fora.

Essa Operação Curupira foi cruel com a região. Ela colocou o setor madeireiro em colapso, mas por outro lado chamou para reflexão, chamou para discutir, para mostrar a ineficiência do IBAMA, para dizer que o órgão estadual teria que crescer mais, teria que ficar maior, teria que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

tomar mais conta da parte do meio ambiente do Estado de Mato Grosso. E aí surgiu o termo de cooperação. Nesse sentido, eu quero exaltar a grandeza que teve a Ministra de abrir mão, esse abrir mão é entre aspas, porque esse abrir mão é no sentido de que todo mundo que tem um domínio de um poder não quer abrir mão, de ela ter proposto ao Governo do Estado e o Governo do Estado ter tido a coragem de assumir esse desafio de fazer esse termo de cooperação para que essa questão florestal saísse da alçada do IBAMA e fosse para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Nós que fomos prefeito e que somos Deputados, escutava muita gente dizer que esse negócio tinha que ficar aqui no Estado, porque aqui é mais fácil para resolver. De fato isso é verdade. Como eu disse no início da minha fala, o IBAMA é centralizado em Brasília, boa parte das decisões tem que ser tomada em Brasília, boa parte dos recursos terá que ir até Brasília. Demora um ano, dois anos, talvez o recurso não tem fim. Aqui não, na SEMA, e aí o Governo, aceitando esse desafio, encaminhou para a Assembléia Legislativa, nós debatemos esse projeto lá para a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, reformulamos o Código Ambiental de Mato Grosso e também aprovamos um projeto de lei que dispõe sobre a questão florestal no Estado de Mato Grosso, a lei que dispõe sobre a política florestal em Mato Grosso.

Então, foram três instrumentos que nós criamos, um que é a própria Secretaria e mais duas reformulações do Código Ambiental e a criação da Lei da Política Florestal. Com esses instrumentos na mão, e com a vontade que está o Governo de ir buscar solução para essa questão ambiental, devido ao desgaste que sofreu, devido à situação da crise que passou o setor madeireiro, devido a essa cooperação proposta pelo Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, eu não tenho dúvida nenhuma de que agora o setor terá todas as condições necessárias para trabalhar de forma adequada, de forma correta, respeitando o meio ambiente, sim, porque eu creio que essa é uma vontade do setor, ele não tinha tido a oportunidade de ter a sua vontade garantida e agora terá. Aquelas pessoas que estão de aventureiras, essas estão fora, mas aquelas que querem trabalhar de forma adequada, com certeza, terão a oportunidade agora.

Qualquer coisa, nós estamos na Assembléia Legislativa. Tem o Dr. Marcos Machado, que está na SEMA, tem o Governador do Estado, que está no Estado. Então, 100% das decisões serão tomadas aqui no Estado acontecerão com mais rapidez. Eu não tenho dúvida nenhuma de que esse setor será agora revigorado e nós só vamos ter que trabalhar para garantir que esse setor possa agregar cada vez mais valores. E aí, Deputado Riva, nós vamos ter que fazer com que o Estado possa estimular para que outros segmentos que têm condições de fazer isso possam apoiar essa agregação de valores, a indústria moveleira, que praticamente não existe em Mato Grosso. Enfim, uma série de questões que nós temos colocado.

Algumas pessoas até questionaram: “Mas, olha, o IBAMA virá aqui semana que vem e aí é que vão fazer esse Parque Florestal de qualquer jeito”. Eu quero dizer o seguinte: o Governo Federal, o Governo Lula, enviou um Projeto ao Congresso Nacional no ano passado, que está em tramitação, que é o Projeto de Lei nº 4.776, que fala sobre a gestão das florestas públicas, que já é um passo para reconhecer, Deputado Riva, o que acontece no Acre há mais de cinco anos, que é o que está sendo proposto aqui, que as florestas públicas nacionais, como fora colocado na exposição do Deputado Riva, permitirão a exploração de forma racional e sustentada.

Então, o Governo já está colocando, já está sendo votado no Congresso Nacional esse Projeto de Lei que vai permitir também essa exploração das florestas públicas, fazer a gestão das florestas públicas como um todo. Então, eu acredito que nós estamos avançando nesse sentido.

O Estado do Acre, que é governado por um petista, o Jorge Viana, que é engenheiro florestal, por dois mandatos, já está chegando ao final do seu último mandato, há sete

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

anos e meio ele é Governador daquele Estado, criou as condições. No início foi muito difícil. Teve muitos problemas, muitos questionamentos. Mas hoje tem algumas florestas estaduais que foram licitadas e que estão sendo exploradas pela iniciativa privada. Há vários modelos de exploração de florestas públicas, de florestas privadas, e que está trabalhando de forma adequada, e, com certeza, o setor está muito bem no Acre. Eu creio que esse modelo é o que está sendo pensado no plano nacional e é o que está propondo aqui no Estado.

Anteontem, o Dr. Marcos Barros esteve aqui em Cuiabá para assinar com o Governo um termo de cooperação para fiscalização do desmatamento, para o combate às queimadas. E deixou claro que Mato Grosso, através do Dr. Marcos Machado, com todo empenho do Governo do Estado, tem servido de exemplo para o Ministério do Meio Ambiente e para o IBAMA nacional para fazer outros termos de cooperação com outros estados.

Ele disse bem: “Olha, eu sou do Amazonas - o Presidente Nacional do IBAMA - e a Ministra é do Acre, mas onde nasceu a proposta dessa cooperação e desse modelo é aqui em Mato Grosso. Então, não é nem o meu Estado e nem o Estado da Ministra que está servindo de exemplo para que outros estados possam adotar a mesma política. O Estado de Mato Grosso é que está dando exemplo.”

E aí nós todos fazemos parte dessa nova proposta, com dores, porque o setor entrou em colapso, com sofrimento, com desemprego. Mas eu acredito que a partir de agora, com essas novas propostas, nós haveremos de retomar o crescimento de forma ordenada, de forma duradoura, e não mais sofrendo ameaças de Operações Macauã, Curupira e outras operações tantas que passaram por aqui e que amedrontavam todo mundo.

Então, é nesse sentido que quero deixar aqui o meu parabéns ao Deputado Riva por ter convocado esta Audiência Pública, por ter tomado a iniciativa desse projeto que teve o acordo dos 24 Srs. Deputados e dizer que nós estamos trabalhando no sentido de buscar soluções para esses problemas da região e acredito, como o Deputado Riva, que nós estamos iniciando a discussão sobre essa Floresta Estadual do Juruena.

Foi até solicitado, eu estranhei e creio que o Deputado Riva também, pediram até para ampliar para poder ter mais espaço para exploração.

Esta Audiência Pública é o início do debate popular, é o início do debate com a população, com a sociedade organizada, com as outras entidades, com o Ministério Público, com as entidades do meio ambiente. Eu creio que daqui por diante haveremos de escolher o melhor modelo.

E o fato de estarmos propondo a criação da floresta estadual já vai demonstrar para o Ministério do Meio Ambiente que nós, sim, estamos preocupados e estamos buscando uma saída para o nosso problema. E aí isso vai ser considerado, não tenho dúvida nenhuma de que vai ser considerado.

Então, não tenho a menor preocupação se amanhã ou depois de amanhã o IBAMA venha aqui empurrar goela abaixo a questão da criação do parque sem antes discutir com o Governo, com os órgãos estaduais e conosco que estamos aqui propondo isso.

Eu estou otimista nesse sentido e quero dizer que vamos participar de tantas audiências quanto forem necessárias para que não só este parque, mas quem sabe outros parques possam ser criados no sentido de garantir o controle do meio ambiente, garantir a biodiversidade deste Estado, desta região, que é riquíssima, mas também ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade das populações que aqui moram.

E aí, até para encerrar, foi o Dr. Marcos Machado quem disse que foi criada uma nova diretoria econômica e social no Ministério do Meio Ambiente, que não existia, e que essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

diretoria tem objetivo exclusivo, Deputado Riva, de considerar o homem como principal da floresta amazônica. E aí vai ter esse novo enfoque para essa questão, porque muita gente dizia: “Olha, os bichos têm muito mais valor do que os homens que aqui estão”. Então, com certeza, com essa nova diretoria vai ter mais um enfoque dentro do Ministério do Meio Ambiente para essas questões florestais.

Portanto, quero encerrar as minhas palavras agradecendo a presença de todos e de todas. E dizer que com muito orgulho nós voltamos aqui pela quarta vez em Apiacás, e agora, neste momento, para participar dessa discussão sobre a questão da floresta da região, porque é uma das poucas regiões que ainda tem floresta em pé. Começa aqui em Novo Mundo, passa por Apiacás, um pedaço de Alta Floresta, Monte Verde, Nova Bandeirantes, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã e Rondolândia. É o extremo Norte do Estado que ainda tem madeira. Se soubermos explorar de forma racional, nós ainda teremos madeira por muito tempo. Caso contrário, daqui a pouco não tem madeira, nem briga mais nessa área. Muito obrigado. E um abraço a todos. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu volto a insistir que, se alguém quiser fazer uma interpelação, faça a inscrição na mesa de entrada com o nosso Cerimonial para participar desta Audiência Pública. E nós concederemos neste momento a palavra a Exm^a Sr^a Prefeita Municipal, Silda Kochemborger.

A SR^a SILDA KOICHEMBORGER - Bom-dia, Deputado Riva, Deputado Ságuas, a todos os prefeitos que se deslocaram dos municípios vizinhos, vereadores, vice-prefeitos, a população de um modo geral. E dizer que Apiacás é uma terra abençoada por Deus, porque olha que chuva maravilhosa, Deputado. Inclusive, é a segunda Audiência Pública no município e a segunda vez nós estamos aqui com chuva e muita chuva.

E falar, Srs. Deputados, à população do Município de Apiacás, os vereadores, as populações que não mediram esforços, dos municípios vizinhos, e vieram até aqui porque realmente esse tem sido até então um assunto bastante polêmico, que nós já nos reunimos várias vezes no município, nos municípios vizinhos, em Cuiabá. E nós estamos aqui ansiosos, Deputados, para que realmente essas nossas discussões cheguem a um resultado satisfatório.

E falar, Deputados, que nós aqui estamos agraciados pelos senhores terem tomado essa iniciativa de criar ou de colocar essa proposta para a criação de uma floresta pública.

Quero dizer também que a população do município, como os senhores mesmo já viram, não é contra a preservação, tanto que eles até pediram que ampliassem a área. Quero dizer que nós gostaríamos muito que essa proposta, assim como a população do município, possa também ir ao IBAMA, porque nós jamais queremos ser contra o IBAMA. Nós queremos que o IBAMA seja nosso aliado. Nós queremos mostrar ao IBAMA que nós aqui do município queremos aliados, que nós queremos ajudar nessa conservação para que, realmente, uma vez dentro do Estado seja criada uma área que seja preservada.

Como bem colocaram os Deputados: que seja extraída a madeira de uma forma consciente, para que a população possa continuar vivendo, economicamente, dando emprego, dando sustentabilidade para a região.

Então - os Deputados bem colocaram -, nós precisamos fazer com que o IBAMA entenda que nós queremos ser parceiros, para que a área demarcada, realmente, seja uma área de conservação. Nós sabemos de inúmeras áreas dentro do Estado, dentro do Brasil que foram demarcadas e, hoje, estão à mercê de exploração ilegal, de grilagem, de manejo explorado inadequadamente, ou seja, sucessivos contrabandos de madeira. E nós não queremos isso para a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

região. Nós queremos um parque, uma floresta pública consciente, porque nós temos certeza de que é isso que a população do Município de Apiacás e a população de toda a região querem.

Aí, Srs. Deputados, em nome da população que aqui se faz presente, tanto do Município de Apiacás quanto da região, nós queremos pedir aos senhores que continuem essa luta conosco, com a população da região; que o Governo seja o nosso aliado; que, realmente, consiga tudo que nós almejamos; e que uma parte dessa área seja demarcada como floresta pública. Então, este é o nosso pedido.

Como os senhores bem aqui colocaram, o tamanho, onde será, nós ainda estudaremos. Nossos assessores já colocaram aqui que o IBAMA, a SEMA estarão aqui, talvez, na semana que vem para que nós possamos, então, fazer esse estudo.

Mais uma vez, a todos os visitantes, aos prefeitos que não mediram esforços, vereadores, vice-prefeitos, os Deputados que aqui estão, o nosso muito obrigada. Apiacás está muito agradecida pelo fato de que não só a população do município está preocupada com isso, mas aqui nós vimos que toda a região está, tanto que nós temos representantes de todos os municípios da região.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós estamos ouvindo os membros da mesa e, em seguida, daremos início aos debates.

Concederei a palavra, neste momento, à Presidente da Câmara Municipal de Apiacás, que falará em nome dos Vereadores aqui presentes.

A SR^a NILCE SANTANA BALIEIRO - Eu ainda digo boa-tarde.

Em nome do Deputado Riva cumprimento os outros Deputados; em nome da Prefeita eu cumprimento os Prefeitos; em nome do Mário eu cumprimento todos os madeireiros e em meu nome eu cumprimento todos os Vereadores das regiões que estão neste Município.

Deputado Riva, toda a população da região aqui do nosso município pede encarecidamente que Vossa Excelência lute, porque nós temos aqui uma floresta para que todas as pessoas que aqui vivem há mais de vinte anos possam continuar morando neste município e nos vizinhos. Que Vossa Excelência lá na Assembléia Legislativa fale com o Governador, e se tiver a oportunidade de falar com o Presidente Lula, diga que a nossa vida, o nosso modo de vida aqui é diferente lá de Brasília, do gabinete. Aqui a realidade é outra. Por isso eu peço que na hora de vocês votarem no parque, nós aqui queremos a floresta. Olhem com carinho para esse povo sofrido, esse povo que deixou ainda jovem a cidade, o conforto, e veio até aqui na nossa região, às vezes como eu vim com duas malas, uma criança pequena e meu esposo. A gente lutou. Se hoje eu tenho o que eu tenho, foi com muito suor, com muita luta. Nós não queremos ir embora de Apiacás, nós queremos continuar, eu e as demais pessoas que estão aqui sofridas: os madeireiros, os sitiantes, essas pessoas carentes que dependem da madeira para sobreviver.

Era só isso, Deputado, porque tem muita gente para usar a palavra.

Então, eu peço que olhem com carinho essas pessoas que estão aqui há mais de vinte anos, todos os Deputados, porque lá na Assembléia Legislativa são vinte e quatro. E que Vossas Excelências dêem um SIM. Que fique a floresta.

O meu muito obrigado e que Deus acompanhe todos vocês que deixaram seus lares e que vieram dos municípios vizinhos dar apoio. E que nós juntos vençamos. Deus é pai (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a palavra, neste momento, ao Exm^o Prefeito Municipal de Paranaíta, Sr. Pedro de Alcântara.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PEDRO DE ALCÂNTARA - Cumprimento o Deputado Riva; o Deputado Ságuas; a minha amiga Silda, Prefeita querida, que muito tem lutado por essa floresta pública. Nós temos acompanhado no dia-a-dia, Prefeito Valdir Mendes Barranco, Prefeito de Nova Bandeirantes; Sr. Frank, companheiro de Carlinda; Prefeito Miranda; Vice-Prefeita de Nova Monte Verde; representante dos madeireiros e todos aqui presentes.

Eu queria, no início da minha fala, parabenizá-lo, Deputado Riva, por essa ação, por esse projeto apresentado na Assembléia Legislativa para criação dessa floresta pública aqui, no Município de Apiacás. Eu acho que nós precisamos em Mato Grosso de homens que tenham essa vontade, essa força para ajudar a nossa região.

Eu quero parabenizar o Deputado Ságuas e todos os Deputados que assinaram esse pré-projeto que está sendo apresentado hoje.

Eu queria dizer que, depois da última audiência, que não aconteceu... Eu espero que esteja chovendo no dia 21... Representando os Prefeitos da região, nós estivemos no gabinete do Deputado Riva, e também o Governador do Estado, colocando, juntamente com os Deputados, a necessidade da criação dessa floresta pública. E nós, também, fomos pedir ao Governador que esse projeto, depois de debatido e discutido, sendo aprovado, seja sancionado. No dia o Governador fez o compromisso com seis Prefeitos da região de que, após essa lei ir para o Governo do Estado, ela será sancionada. Então, esse foi um grande passo que demos nessa reunião.

Falar das dificuldades nossas aqui do nortão. Para nós, tudo só se resolve se for na força. Falar como a senhora falou que nós saímos em 1978, em 1979, para virmos desbravar isto aqui, com todas as dificuldades que ainda existem de asfalto, de energia, de celular, que aqui não tem. Eu já estou cansado de falar em toda reunião o que temos passado.

Então, eu acho que o povo tem que se mobilizar, e o Deputado muito bem colocou quanto à questão da hidrovia, de muitas coisas. A BR-163 também é outra questão que não pode sair. Então, é só pau em cima desse povo que está aqui no nortão.

Mas eu acho que através da união - que aqui mostra união, Prefeita Silda - dos seis prefeitos acompanhando... O meu povo de Paranaíta nem chegou, porque ficou na estrada, Bandeirante chegou... Mas é uma união, por quê? Porque se for criado esse parque, como está querendo ser criado pelo Governo Federal, inviabiliza não só Apiacás, mas os seis municípios da região.

Nós estamos aqui defendendo e somos contra - deixamos declarado, os seis prefeitos, falando em nome da união - a criação do parque federal e, sim, a favor da floresta pública.

Eu agradeço, novamente, ao Deputado Riva, à Assembléia Legislativa que está trazendo essa proposta de floresta pública no Município de Apiacás.

Gostaria de deixar aqui um abraço e pedir que São Pedro seja generoso conosco, que no dia 21 continue chovendo como está.

Eu quero fazer um alerta, Deputado Riva, no dia 21 já foi marcada a audiência do Governo Federal aqui, do IBAMA e do Ministério. Essa é a minha preocupação. Após essa audiência, eu acho que os Deputados devem cobrar do Dr. Marcos Machado, do próprio Governador do Estado que, imediatamente, vão a Brasília e coloquem a necessidade, porque eu acho que aqui é a coisa mais importante, que é o que o povo da região aqui precisa e está tendo toda dificuldade, mostrem para eles que é viável a floresta pública de Paranaíta e região.

Deixo aqui um abraço e que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vamos dando uma intercalada aqui entre os prefeitos e membros de associações, eu vou convidar para usar a palavra, neste momento, o membro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

do Conselho do Desenvolvimento da Amazônia Mato-grossense - CODAM e da Câmara Setorial de Desenvolvimento Regional de Alta Floresta, Frank Rogier.

O SR. FRANK ROGIER - Boa-tarde a todos.

Em nome do Deputado Riva, quero estender o meu cumprimento a todos os Deputados Estaduais e toda equipe da Assembléia Legislativa que está aqui hoje.

Em nome da Prefeita anfitriã, Silda Kohemborger, quero estender os meus cumprimentos a todos os prefeitos da região norte do Estado de Mato Grosso.

Em nome do meu amigo Luciano, Vice-Prefeito de Apiacás, cumprimento toda população de Apiacás e todas as populações vizinhas.

Deputado Riva, Deputado Ságuas, o que o Pedro falou por último, eu acho que é o mais importante que nós temos para levar desta Audiência Pública, hoje, aqui em Apiacás, que somos contra o parque, isso é fato; que a população é contra a criação de um parque nacional de proteção integral, isso é fato; que o tamanho é descomunal também é muito claro; que somos a favor, sim, da preservação ambiental, de uma criação de uma comunidade de conservação, porém que contemple conservação ambiental e a preservação da espécie humana no norte do Estado de Mato Grosso, em especial no Município de Apiacás. Os anseios da população que estão aqui, vieram para cá, em busca do desenvolvimento, em busca de realização de um sonho, seja ele de ter um pedaço de terra, seja ele de ter um comércio, seja ele de ter uma vida digna, isso tem que ser respeitado pelo Governo Federal. Coisa que ele não tem respeitado nos últimos tempos aqui na nossa região.

O tamanho que a floresta vai ser isso é coisa que tem que ser estudada, discutida, como o senhor mesmo já disse. A minha preocupação é se não houver um comprometimento, de fato, do único ônus que ao meu vê pode resolver isso para nós, hoje, do Estado de Mato Grosso, que se chama Blairo Borges Maggi, que é o Governador do Estado de Mato Grosso, se ele não vestir a camisa da Floresta Pública Estadual, se ele não for lá, não sentar e não olhar olho no olho da nossa Ministra e falar para ela: “Olha, o povo que manda naquele Estado é o povo de Mato Grosso. O povo que manda naquela região é o povo de Apiacás. A senhora vai ter que nos atender e escutar os nossos anseios.” É preciso pedir um tempo para que esse projeto seja apresentado, seja analisado e tenha coerência.

Pode ter certeza de que no dia 21 o IBAMA virá aqui, fará a audiência pública com ou sem a nossa aprovação e num espaço curto de tempo nós vamos ter um parque nacional decretado aqui, porque foi assim que aconteceu agora há pouco tempo no Pará. Não respeitaram a população do Pará. Criaram 5 milhões de hectares de parques nacionais no Estado do Pará sem ouvir ninguém, sem respeitar ninguém, como se o Estado do Pará fosse construído apenas de bandidos e grileiros, etc. E não é assim! A gente sabe que não é assim.

Então, Deputado Riva, Deputado Ságuas, o que eu peço para Vossas Excelências é que se Vossas Excelências são a favor da floresta, isso é importante, é o mais importante, mas mais importante que isso ainda é que o Governo do Estado de Mato Grosso vista a camisa, converse com a Ministra Marina para que ela nos respeite. Enquanto nós tivermos medo da Ministra Marina, nós vamos estar apanhando, levando cacete. É o que nós estamos levando há mais de um ano aqui no norte do Estado de Mato Grosso. Transformaram o nome de Mato Grosso de um povo desbravador, de um povo trabalhador em um povo bandido. E não é isso que nós somos.

Então, eu estou cobrando aqui respeito por parte do Governo Federal. É isso. E é o que o Governador do Estado de Mato Grosso, que é o nosso representante, que tem que fazer também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Então, fica o meu apelo. Muito obrigado pelo projeto do senhor, é muito válido para região, atende os nossos anseios e que tenhamos sucesso nessa nossa empreitada. Muito obrigado e até mais (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação do Frank.

Concedemos a palavra, neste momento, ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Valdir Mendes Barranco.

O SR. VALDIR MENDES BARRANCO - Quero cumprimentar aqui os Deputados Ságuas e Riva; meus companheiros Prefeitos, na pessoa da batalhadora Prefeita Silda, como bem disse o Prefeito Pedro, não tem medido esforços em fazer com que novas alternativas para o Município de Apiacás e para a região possam surgir, juntamente conosco.

Quero cumprimentar os Vereadores, na pessoa do Presidente do Legislativo de Nova Bandeirantes, Vereador Clóvis Corrêa; todos os madeireiros presentes, na pessoa do Jeferson Marcelo, popular Sabiá, também madeireiro de Nova Bandeirantes; enfim, quero cumprimentar também a população apiacaense, de modo especial de Nova Bandeirantes.

Mais de cem pessoas, Deputado Riva, vieram de Nova Bandeirantes, enfrentaram toda essa problemática da chuva acirrada de hoje, para participar hoje aqui desta Audiência Pública de suma importância para nossa região.

Quero, em breves palavras, dizer o que o próprio Deputado Riva deixou bem claro sobre a problemática do parque. Ela não foi colocada recentemente, ela já vem sendo trabalhada ao longo dos últimos anos. O que ocorre é que nós sempre vamos buscar alternativas quando os efeitos estão por culminar. E é isso que nós estamos fazendo, e devemos fazê-lo com a mesma bravura, e iremos, sem dúvida nenhuma, fazê-lo com a mesma bravura que fez com que viéssemos para cá no fim dos anos 70 e no início dos anos 80, quando nós fomos trazidos para cá, quando nós fomos imbuídos por esse sentimento que a nós foi levado, porque para colonizar o nosso Estado de Mato Grosso não foi trazido qualquer perfil de pessoa, foi buscado um perfil pré-determinado, de pessoas desbravadoras, de pessoas corajosas, que fossem capazes de desbravar uma região, um sertão e fazer com que aqui tivéssemos desenvolvimento. É isso que nós fizemos.

É muito fácil falar da dificuldade de administrar quando nós temos os prefeitos aqui juntos e dois Deputados que já foram prefeitos; que é muito fácil falar dos problemas vividos no início da colonização do Estado de Mato Grosso quando temos, de modo especial, o Deputado Riva, que foi Prefeito do Município de Juara bem no início da colonização do norte do nosso Estado e viveu na pele os problemas que foi para colonizar, o perfil de pessoas que foram trazidos para a nossa região para colonizar o Estado de Mato Grosso, em especial o nortão deste Estado.

Então, se nós viemos para cá trazidos para desbravar, para colonizar, para trazer o desenvolvimento, é hora também de termos reconhecida essa nossa bravura e também de sermos respeitados quanto a isso.

Eu não tenho dúvida, Pedro Porta Aberta, não tenho dúvida Frank, de que o Governador Blairo Maggi vai vestir a camisa da floresta pública estadual. Ele já vestiu essa camisa. Porque se nós tivéssemos um outro Governador que não tivesse o peito e a bravura do Governador Blairo Maggi, com certeza, nós não estaríamos tão tranquilos de que vamos reverter essa questão do parque e de que vamos criar essa nova alternativa que é a floresta pública estadual, que vai garantir o desenvolvimento, a continuidade do desenvolvimento do nosso norte do Estado.

Para finalizar, quero dizer a todos vocês, ao Deputado Ságuas, que não é só o setor madeireiro que está em discussão, porque quando a gente fala da criação da floresta pública, parece que nós estamos tratando apenas da viabilidade, da continuidade do setor madeireiro. Mas é, sim,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

um efeito cascata que o setor madeireiro, se criada essa nova alternativa da continuidade do setor madeireiro, vai criar para o desenvolvimento. Porque é dele, como bem disse o Deputado Riva, que depende o comércio, depende o agricultor, depende o município para gerar emprego, para gerar renda, para gerar imposto e para continuar desenvolvendo. Não tenho dúvida de que nós do nortão, com o apoio maciço dos nossos Deputados na Assembléia Legislativa e com a camisa que o Governador Blairo Maggi já vestiu, vamos continuar, com a nossa garra e com essa nossa bravura, a desenvolver o norte do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação do Prefeito Valdir.

É importante ressaltar aqui, em meu nome e em nome do Deputado Ságua, que nós, no final do ano, estivemos com o Governador, quando entregamos um abaixo-assinado, entregamos, na verdade, uma correspondência ao Governador, assinado pelos vinte quatro Deputados, e o Governador assumiu o compromisso de sancionar o projeto de criação da reserva da floresta pública tão logo a Assembléia Legislativa aprovasse. Acontece que a Assembléia Legislativa tem alguns trâmites legais que têm que serem feitos. Um deles é este de hoje. Nós não poderíamos criar essa floresta pública sem uma Audiência Pública que pudesse oportunizar uma discussão com toda sociedade. Inclusive com as ONGs, com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com as lideranças políticas. Mas o Governador assumiu esse compromisso. E, mais do que isso, o Governador assumiu o compromisso conosco e com mais seis Prefeitos da região, com o Valdir, com Pedro Porta Aberta, com a Silda, com o Miranda, com a Sr^a Maria Izaura, de Alta Floresta e com o Nelson, de Nova Monte Verde, de oferecer uma outra área para o Governo Federal criar esse Parque, que não seja aqui. Quer dizer, já mostra a intenção do Governador Blairo Maggi de ajudar a nossa região, preocupado também com a nossa economia. Então, nós já temos esse ponto favorável com relação a isso.

Informo ao plenário que só temos dois oradores da Mesa inscritos. Eu vou conceder a palavra aos dois. Em seguida, abriremos ao debate. Quem quiser fazer a sua inscrição deve fazê-la com o Cerimonial.

Queremos agradecer ao Frei Pedro pela presença. Inclusive, gostaria de convidá-lo para participar da Mesa.

Agradecemos a ele pelo envolvimento nessas discussões com autoridade religiosa, que sempre contribuiu com a região, especialmente com o Município de Apiacás.

Concedemos, neste momento, a palavra ao Sr. José Célio Gomes de Lima, membro do Comitê Pró-parque.

O SR. JOSÉ CÉLIO GOMES DE LIMA- Bom-dia a todos, população de Apiacás, Deputado Riva, Deputado Ságua, todos os Prefeitos que se encontram presentes, Presidente da Câmara, demais instituições.

Eu gostaria de falar ao Deputado Riva que se lá em Confresa o pessoal passou fome, aqui em Apiacás também tivemos a experiência de distribuir apenas cinquenta cestas básicas. E na minha casa mais de trezentas pessoas correram para pedir cestas básicas. O povo se encontra carente.

Eu gostaria também de agradecer à Prefeita Silda pelo desempenho com que vem atuando, por participar de todos os movimentos, por ter ido a Brasília, junto ao Governo, aos Deputados. Ela está de parabéns. Ademais, agradecer à população.

Mas eu gostaria aqui, Deputado Riva, Deputado Ságua, nosso amigo Frank, de pedir para que olhem com outros olhos o tamanho do Município de Apiacás, por várias questões:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Primeira, o potencial madeireiro é de extrema importância, mas não é economia, como diria, 50%; mas que olhasse com outros olhos também a questão da bovinocultura, dos pequenos produtores que estão tentando encaminhar, procurar uma identidade agrícola.

Gostaria de falar para o Deputado Riva que o subsolo de Apiacás é muito rico em ouro, diamante, jazidas de calcário, e nós temos que olhar com outros olhos, porque qualquer passo errado trará consequência para dez, vinte ou mais anos.

O problema dessa criação, eu sempre falo que o Governo e os políticos, de um modo geral, principalmente em Brasília, andam na contramão, principalmente no que se refere a vir aqui no município e não realizar mais os debates.

Eu gostaria que tivesse uma, duas, três mais oitavas, debates, mais consultas até a população se conscientizar. Eu me relaciono mais ao tamanho do Apiacás e a questão geográfica.

E gostaria só de fazer uma prévia aqui, Deputado Riva, que diminuísse um pouco o foco da luz.

Eu gostaria de analisar que já temos uma floresta homologada de cem mil hectares, intocável, não sei como foi feita a legislação, é uma reserva ecológica. E acho que os Deputados teriam que ver com outros olhos para que possamos futuramente explorar a parte de pesquisas e etc.

Outra questão também é que esse setor aqui, essa pasta na barra do rio Anil, é onde está o maior potencial madeireiro sustentável do município.

E gostaria também, Deputado Riva, na questão desses debates que vão acontecer aqui, que olhássemos com outros olhos, porque nós temos mais de setecentas pessoas vivendo exclusivamente da castanha, em Apiacás.

Então, que dentro dessa modulação, desses parques, que nós olhássemos com outros olhos no sentido de criar uma região extrativista, criar uma região onde possamos explorar o potencial de óleo de copaíba, de castanha e para outras pesquisas, claro, respeitando o meio ambiente de uma forma sustentável.

Eu gostaria de frisar mais ainda a respeito das ONGs no Brasil. Teve uma ONG aqui que sobrevoou o município e fez um parque no papel. Por que no papel? Eu acho que tem que descer a cidade e perguntar se a população está passando fome. Eu acho que o ser humano está, respeitando os direitos das pererecas, acima de tudo, porque é aqui que temos que sobreviver. Então, eu penso de uma forma diferente.

Eu acho, Deputado Ságuas, que as suas palavras foram brilhantes na questão do manejo sustentado. Esse é um problema que vem acontecendo desde 1992, desde a ECO-92, no Rio de Janeiro. Criou-se um zoneamento socioeconômico-ecológico. O Governo do Estado de Mato Grosso, naquela época, se preocupou mais em pegar o dinheiro do que vir aqui a Apiacás e questionar. À época, no zoneamento socioeconômico-ecológico, foram 30 milhões investidos nesse projeto. Foram gastos cinco. Dos vinte e cinco, nós não sabemos o futuro. Mas deixou de vir aqui a Apiacás para perguntar se eu existo, se a população existe. Fez esse zoneamento socioeconômico-ecológico no papel, como é de praxe no Brasil.

Então, eu gostaria que nós olhássemos com outros olhos e discutíssemos mais essa questão, mais um mapa em si em Apiacás, com o tamanho do potencial madeiro, onde estão as jazidas de diamantes, de pedras preciosas. Vamos supor, amanhã, se virar um parque federal, essas jazidas daí, ninguém poderá explorar. E aí? Cadê o incentivo para o município?

Então, eu gostaria de deixar essas observações aqui questionando mais a questão do tamanho do Município de Apiacás. Claro que nós aqui do município somos totalmente contra a questão do parque nacional, mas em relação ao parque estadual, somos favoráveis. Tem que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

preservar a natureza? Tem. Tem que se criar, Deputado Ságua, várias modulações aqui dentro do município. E nós, hoje, saímos daqui um pouco definidos em relação ao tamanho. Por que o tamanho? O tamanho é que define o futuro do município. Ou seja, se nós formos incoerentes de chegarmos hoje aqui e pegarmos o tamanho que está aqui proposto, ou seja, chegar aqui e pegar os 902 mil hectares, nós temos que esquecer que temos que preservar mais 80% do município. E aí, na realidade, quanto fica o tamanho do município? Então, acho que o tamanho tem que ser discutido, Deputado. Tem que ser discutido. Veremos realmente onde está o potencial.

E se a população tiver dúvida marque uma oitiva, duas, três, etc, mas que a população não fique a ver navios, e, amanhã, num ato insano de um político qualquer chegar aqui e determinar. Na realidade, nós sabemos que as matas no Brasil estão sendo preservadas. Para quem? Para os Estados Unidos que estão depredando lá, para a União Soviética, para a Inglaterra, etc, mas nós não vamos entrar no mérito dessa questão.

Eu quero aqui agradecer a todos, ao Frank, ao Prefeito de Nova Bandeirantes e aos demais. Eu quero que, hoje, neste pequeno debate, a população pergunte e tire todas as dúvidas com relação ao tamanho, aos trabalhos dos Deputados, e etc.

No mais, quero agradecer. Dizer muito obrigado às pessoas, porque nós estivemos em suas residências coletando assinaturas. Por que? É um bom sinal que Apicás, que o povo esteja democrático, que esteja vendo isso aqui com bons olhos e está sabendo que é o futuro de Apicás.

No mais, eu quero agradecer profundamente todas as pessoas que vieram aqui. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço a participação do Zé Célio.

Nesse caso, eu só quero fazer uma indagação ao Zé Célio: eu entendi que ele era a favor da criação do parque, mas sendo a favor da exploração da castanha, da extração de minério... Nesse caso, você é a favor da floresta pública, não é? A favor da floresta pública, e não do parque.

O Sr. José Célio Gomes de Lima (FORA DO MICROFONE) - Não do parque.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Não do parque. Então, está bom. É só para fazer este registro. É importante para ficar registrado na nossa Ata.

Com a palavra, o representante do setor madeireiro, o Sr. Mário Giacconelli.

O SR. MÁRIO GIACCONELLI - Eu queria cumprimentar a Prefeita Silda; o Prefeito Miranda; o Prefeito de Carlinda; o Prefeito Pedro de Alcântara, de Paranaíta; a nossa vice-Prefeita de Nova Monte Verde; os Deputados Riva e Ságua; o Frank, nosso companheiro de Alta Floresta. E eu queria, principalmente, agradecer a presença do nosso Presidente da Assembléia Legislativa e a do Sr. José Henrique, da SEMA. Quero cumprimentar a Dona Nice, Presidente da Câmara Municipal; os demais vereadores. Cumprimentar, em nome do Frei Pedro, todos os religiosos de Apicás, em especial, os nossos amigos de Paranaíta, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes e a população de Apicás de um modo geral.

Eu quero passar alguns dados aqui, Deputado Riva, que já foram postos no telão. Tem alguns dados que eu gostaria de expor para a população para esta ficar ciente do que nós estamos tratando.

Quanto à área do município, nós vimos aí 2 milhões, 37 mil hectares. A população é em torno de 14 mil habitantes, sendo que o registro atual do número de eleitores é de 5.317. A População rural é em torno de 25%; e a população urbana na cidade, em torno de 75%. Nós temos uma reserva ecológica com 108 mil hectares. Nós temos uma proposta decretada e estamos brigando também quanto à área indígena de 475 mil hectares. Queremos que, ao menos, as propriedades produtivas fiquem fora dessa mesma área. Tem mais os números da estatística, quanto ao rebanho de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

bovinos, chegou hoje em Apiacás em torno de 200 mil cabeças. Quanto ao ICM - para vocês terem uma noção do que o setor madeireiro representa para o Município de Apiacás -, no ano de 2004, arrecadamos mais de um milhão de reais de ICM no município; e no ano de 2005, em função da queda do setor, arrecadamos quatrocentos mil reais.

A área explorada de Apiacás, hoje, fica em torno de 6%. Isso representa cento e vinte mil hectares.

O ICMS Ecológico que o Município de Apiacás recebe, hoje, é de sessenta e seis mil e novecentos reais. Isso sem o parque federal. Com o parque federal, nós receberíamos mais 30%. Isso representaria em torno de noventa e um mil reais. Então, dizer que o ICMS Ecológico, que a criação do parque federal resolveriam o problema do Município, é difícil de acreditar e também tem que ser questionado. Vai acrescentar em torno de trinta mil reais a mais.

Eu destaquei aqui alguns fatos que aconteceram durante o mês e que chamou atenção da população não só de Apiacás, como do Brasil todo. O Presidente Nacional da CNBB, Dom Odilo Pedro Scherer, destacou a falta de aplicação dos recursos na área social. É o que nós vimos aí, Deputado, nossa Prefeita, a pobreza existe em Apiacás. Então eu concordo com o Presidente da CNBB. Há falta da política na geração de emprego, trabalho e renda para o Município de Apiacás e região. Há falta de políticas públicas definidas na criação de emprego e renda.

Mais um detalhe que chamou atenção da mídia, agora, com a ida do nosso Presidente Lula à Inglaterra, onde foi questionado por alguns integrantes de organizações não-governamentais o trabalho escravo e o desmatamento em Mato Grosso.

Deputados, Prefeitos, eu acho que quem tem que discutir o trabalho escravo e o desmatamento em Mato Grosso é o povo de Mato Grosso, é o povo do Brasil, não na Inglaterra, nos Estados Unidos, assim por diante. Isso só para chamar atenção, Sr. Presidente, para as principais notícias que levam.

E o povo de Apiacás, o que pensa? Nós queremos, sim, Deputado, a floresta pública estadual. Nós precisamos de desenvolvimento econômico e social no nosso município, preservando o meio ambiente, onde a sociedade venha participar de uma forma conjunta com o desenvolvimento de Apiacás e da região como um todo. Nós queremos com isso preservar as nossas florestas, dando especial atenção ao ser humano. Apiacás tem problemas. Nós temos problemas de infra-estrutura, de renda baixa - eu já vi os dados -, de pobreza, de falta de educação? Temos sim, mas o principal problema está na implantação de políticas públicas voltadas para o social, voltadas para o crescimento do município, da região, e, principalmente, investimento em renda, em produção. Hoje, esqueceu-se um pouco da produção. Ninguém vive sem renda, sem produção, sem emprego.

Não é criando o parque federal, Deputado Riva, Deputado Ságuas, que nós vamos resolver esse problema. Pelo contrário, o parque federal vem travar o município, vem acabar com o Município de Apiacás e com toda a região. Se não temos infra-estrutura, se não temos política governamental para desenvolver a região, então, vamos criar mais um parque federal para acabar terminando com a região, para acabar com os recursos que temos na nossa região? Precisamos criar a floresta pública estadual para que possamos perpetuar a nossa maior fonte de renda e de riqueza, que é a madeira, com um projeto de manejo sustentável, criando novas frentes para melhor aproveitamento do setor madeireiro, que seria a industrialização, com incentivo do Governo do Estado também, e outros produtos, como as sementes, óleos, resinas, apicultura, exploração do ecoturismo e pesca esportiva. E numa segunda fase, por que não o sequestro do gás carbônico?

Nós tínhamos uma hidrovia a ser explorada e temos também a reserva de calcário dentro do nosso município que tem que ser visto com bons olhos e deve ser explorado. Tudo isso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

respeitando as nossas florestas sem o corte raso. Nós nunca pedimos o corte raso, e sim uma floresta pública estadual onde possamos trabalhar.

Para tanto, precisamos de uma área de pelo menos setecentos mil hectares, Deputado Riva e Deputado Ságua. Eu falo em setecentos mil hectares, porque hoje o setor madeireiro, em Apiacás, para que o ciclo dele, que é de vinte e cinco a trinta anos no projeto de manejo sustentável, vai consumir, no mínimo, seiscentos mil hectares, para que possamos sobreviver nesses vinte e cinco a trinta anos.

Então, os trezentos e cinquenta mil hectares, propostos pela Assembléia Legislativa, não vêm condizer com a produção do município. Nós precisamos, sim, ampliar a área, inclusive do norte para o sul, pegar lá no bico e descer, e fazer com que a principal área para exploração da madeira fique nessa proposta dos trezentos mil hectares para cima. E também evitar que com essa área no meio venha o Governo Federal decretar um parque bem no meio lá, entre a floresta pública estadual e a reserva ecológica criada pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

Nós estamos correndo o risco de criar a floresta pública estadual e ser implantado no meio lá mais um parque federal, acabando, inclusive, com a passagem da floresta pública estadual até a reserva ecológica.

Se nós começarmos de cima para baixo e criarmos em torno de setecentos mil hectares, nós vamos ter madeira para explorar, não só madeira, vamos trabalhar dentro da floresta pública estadual, no mínimo, trinta anos. Com trinta anos, deu-se o ciclo da madeira e voltamos à estaca zero, começando a colher novamente os frutos da floresta. Então, nunca mais Apiacás vai precisar criar reservas e assim por diante, porque as reservas se tornarão permanentes.

Nós temos também um outro risco, Deputado Riva, Deputado Ságua, quanto à vinda de algumas empresas de fora. Para elas comprarem 150 mil hectares da floresta pública estadual, é igual nós comprarmos dez hectares aqui. Isso é preocupante. Uma área de trezentos e cinquenta mil hectares, nós vamos aproveitar para o setor madeireiro, no máximo, cento e cinquenta mil. Cento e cinquenta mil, vem uma empresa estrangeira e compra de uma vez só toda a floresta.

Nós temos o exemplo do Pará, onde uma empresa só tem um projeto de manejo de 300 mil hectares. É a área proposta pelo Governo de Mato Grosso, hoje, 350 mil hectares.

Então, eu acho que é uma proposta nossa, uma proposta da comunidade, e nós temos que analisar e ver com carinho o tamanho da área a ser explorada. Já que vamos criar uma floresta pública estadual, por que não aumentá-la e ter uma floresta maior? Vamos fazer com daqui a 20, 30, 40 anos Apiacás sobreviva do setor madeireiro, da exploração florestal.

Precisamos também da participação efetiva de todos os segmentos da sociedade. Eu lamento que não estão aqui presentes as ONGs que realmente já realizaram projetos, a exemplo da ICV que fez um projeto da criação do parque federal. Nós precisamos das ONGs do ICV, da WWF do Brasil, precisamos da Universidade de Alta Floresta, precisamos do *Lions*, precisamos dos sindicatos, da maçonaria, da igreja, de todos os setores da comunidade para que esse projeto vá avante e nós consigamos implementá-lo. Até para termos um controle externo, porque não adianta nós criarmos uma floresta pública estadual e não termos um controle maior, até para que nós possamos ter um controle externo dessa floresta pública com maior eficiência e exatidão.

Para elaboração do projeto, nós temos a SEMA. Eu tenho certeza de que o nosso Secretário, o Marcos, eu o conheci como Secretário de Saúde, um brilhante profissional, dará toda a estrutura necessária para que esse projeto vá avante e nós consigamos implementá-lo.

Precisamos da Assembléia Legislativa. Em nome dos Deputados Riva e Ságua, lamento não estar aqui presente o Deputado Silval Barbosa para fazer a parte política quanto a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

criação da floresta pública estadual. Precisamos manter coesos os nossos Prefeitos da região, todos eles. E nesse ponto parabeno todos os Prefeitos da região pelo esforço, pelo empenho que têm feito até hoje.

Nós vamos convidar novamente para participar desse projeto, para participar desse estudo as ONGs, o ICV e a WWF do Brasil.

Para que a floresta estadual seja realizada, precisamos agir politicamente. E aqui um destaque quanto ao nosso Governador Blairo Maggi, o Governador Blairo Maggi é considerado o Governador que mais desmata na Amazônia Legal. Realmente é o Governador que mais desmata, mas é o que mais produz também na Amazônia Legal. É o Governador que, nos últimos anos, fez o Mato Grosso andar. Quem lembra de Mato Grosso de dez anos ou de cinco anos atrás? Hoje, Blairo Maggi mostra que é com produção, com investimento em infra-estrutura que o Estado cresce e está crescendo.

Então, essas críticas são louváveis a ele. Se é o maior produtor, ele tem que realmente fazer alguma coisa diferente no Estado. Eu acho também que é o homem-chave para que o nosso projeto vá avante, e que ele consiga convencer a Ministra Marina Silva, eu tenho certeza disso, o companheiro Ságuas, com a Senadora Serys, fazer com que haja essa aproximação.

Eu acho que é importante também, Deputado, através do Deputado Silval Barbosa, sentarmos com o Renan Calheiros, Presidente do Senado, que é o homem forte, é a base de sustentação do Governo Federal e é ligado a Ministra Marina Silva. Essa aproximação deve ser feita, aí pedimos ao Deputado Ságuas, à Senadora Serys, ao Prefeito Valdir, que é companheiro do PT de Nova Bandeirante. E acho que sem o compromisso efetivo do Governo do Estado em sentar junto com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nós não conseguiremos.

Agora, se nos aproximarmos dela e a convenceremos de que precisamos dar prioridade ao ser humano, de que não vamos derrubar a floresta, de que precisamos da floresta para sobreviver, nós vamos implantar uma floresta pública estadual de setecentos a oitocentos mil hectares.

Também gostaria de pedir aos Deputados presentes para que essa audiência do dia 21 fosse adiada. Deveria deixar que o povo de Apiacás, juntamente com os Deputados, com os vereadores, os prefeitos, apresente uma proposta concreta para a Assembléia Legislativa. Aí, sim, o IBAMA poderia vir aqui e realizar essa audiência pública. Aí nós vamos apresentar para o IBAMA também a nossa proposta definitiva, dizer que nós queremos uma floresta pública estadual, que o tamanho vai ser de setecentos a oitocentos mil hectares, e vamos ter um mosaico pronto e entregá-los em mãos.

Porque se eles vierem aqui dia 21 e resolverem criar o parque federal, nós estaremos perdidos. E acho que para essa audiência nós deveríamos, a partir de segunda-feira, conversar com o Governador, sentar com o Governador e tentar fazer com que a Ministra Marina Silva... Isso está nas mãos da Ministra, e tenho certeza de que, se nós argumentarmos com ela, essa audiência será transferida.

Eu agradeço mais uma vez à população de Apiacás, agradeço os Deputados e tenho certeza, Deputado Riva, de que o nosso trabalho vai avante. Quero também, mais uma vez, agradecer os prefeitos da região que estão aqui. Todas às vezes que foram convidados, todos eles participaram, e com o empenho intenso, para resolvermos os problemas da região.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço a participação do Mário e, lógico, preocupa a todos nós essa Audiência Pública do dia 21. Inclusive, na Audiência passada, nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

tentamos sugerir o adiamento dela, não foi possível, mas essa Audiência para criar o parque nacional depende do mesmo estudo que nós dependemos para criar a floresta pública. Lógico que o Ministério do Meio Ambiente não vai... Se decretar a criação desse parque sem o estudo mais aprofundado, a mesma nulidade que cabe na criação da floresta sem esse estudo, cabe ao parque nacional.

Essa proposta de quatrocentos vinte seis mil hectares surgiu de uma discussão entre a SEMA e a Assembléia Legislativa, mas o próprio nome já diz. Inclusive, na discussão, nós fizemos questão de estabelecer, é uma proposta. Agora, nós não podemos esquecer que ali temos proprietários com direitos e que a floresta pública também é de domínio público, quer dizer, os proprietários perdem a propriedade. Tem muita gente... Eu ouvi de um senhor, por exemplo, que foi me visitar, que ele vendeu tudo que tinha em São Paulo e comprou trinta e poucos mil hectares ali, ele está dentro do Município de Nova Bandeirante. Então, nós não podemos esquecer de dizer, também, que nós podemos defender... Por mim, criávamos um milhão de hectares de floresta pública, mas temos que ver quantos proprietários nós vamos estar atingindo.

Eu tenho um amigo aqui, o Bonan, que teve uma área desapropriada para criação de uma reserva indígena, ele perdeu integralmente, até hoje não recebeu nada. Nós não podemos esquecer desse detalhe, do impacto na vida do cidadão que perde a sua propriedade.

Então, nós temos que fazer uma discussão. Realmente essa discussão é para isso e nós temos que levá-la com muita cautela. Esse estudo da SEMA é muito importante e eu gostaria de ter um trabalho mais ampliado de quem são os proprietários lá dentro, quais as áreas, porque eu tenho essa preocupação também. De repente, você tem gente que vendeu tudo que tinha lá fora e comprou aqui a sua propriedade e não tem benfeitoria hoje. E, se ele não tem benfeitoria, não recebe nada. Pelo menos é o que nós temos visto na criação de parque, de ampliação de reserva indígena. Talvez depois a Gina possa falar um pouco mais sobre isso, mas eu acredito que é isso. E aí nós temos que ter essa preocupação.

Eu vou conceder, ainda da Mesa, só tem mais um inscrito, que é a vice-Prefeita do Município de Nova Monte Verde, e tem o Pedro Porta Aberta que vai fazer uma pequena consideração.

Eu concedo, antes, a palavra ao Sr. Pedro. Em seguida, concederei a palavra a Sr^a Elizabeth Muraro, que é Vice-Prefeita do Município de Nova Monte Verde. Nós temos três inscritos.

Se alguém mais quiser se inscrever, está aberta a inscrição para a participação popular.

O SR. PEDRO PORTA ABERTA - Eu quero agradecer a minha equipe de Paranaíta, a Andréa e o irmão, que organizaram para chegar aqui. Um pouco atrasados, mas chegaram (PALMAS).

Eu quero dizer ao Sr. José Célio que não considero isto aqui como ato político. Eu não sou candidato, como falei na última vez na Câmara. O que eu tenho feito como Prefeito, até por ser Presidente da União dos Prefeitos, é defender a nossa região. E acho até que atos políticos como o Deputado Riva e o Deputado Ságua estão fazendo têm que ser elogiados por todos nós, de montar um projeto, de vir apresentar e vir ajudar a nossa região. Então, já pela segunda vez o Sr. José Célio, que é do Comitê Pró-parque, fala de atos políticos. Eu não estou em campanha. Eu estou, sim, defendendo a minha região. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Passamos a palavra, neste momento, a Sr^a Elizabeth Muraro, Vice-Prefeita do Município de Nova Monte Verde, neste ato representando o Município.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

A SR^a ELIZABETH MURARO - Boa-tarde a todos!

Na pessoa do Deputado e 1º Secretário da Assembléia Legislativa, eu quero cumprimentar toda Mesa. E, em nome do Dejair, eu cumprimento toda população que hoje se faz presente.

Agradeço as comitivas dos Municípios de Nova Monte Verde, de Nova Bandeirante, de Paranaíta, que há pouco chegou.

Nós, Dona Nilce, mais do que isso, de pegar duas malinhas e virmos, quando viemos, permanecemos aqui porque fomos teimosos. Lembro-me que na época eu vim com o meu irmão Muraro, e também viemos mexer com a questão madeireira. Muitos voltaram porque não tinha estrada. Naquela época, a estrada foi interditada. A malária se manifestava na região. Nós fomos teimosos. E acho que muitas pessoas que aqui estão são teimosas. Foram persistentes e lutadoras. E hoje nós somos sobreviventes. Outros, na minha cidade, sempre que eu encontro, falam: “Olha, Beth, eu não voltei porque não tinha dinheiro para a passagem de volta, senão, eu tinha voltado”. Muita gente!

Porque quando viemos para cá, nós investimos tudo. Investimos o capital e investimos a esperança. Com o tempo, as regras foram mudando. Naquela época, podia-se desmatar bem mais, depois foram cortando. Hoje, eles querem nos inviabilizar.

Então, hoje, Silda, eu trago o apoio incondicional do Prefeito Nelson e da população de Nova Monte Verde: não ao Parque, não a essas medidas que são tomadas em esferas federais e que não consultam o povo. Isso é falta de respeito com o Estado e é falta de respeito com a nossa gente.

E dia 21 está aí. Será que vão querer, goela abaixo, enfiar mais essas medidas? Quantas reuniões nós já fizemos? E aquela vez, no CEPROTEC, em que eles demonstraram toda uma pesquisa feita? Agora, eu pergunto: E o lado humano? E as pessoas? Será que o Governo olhou?

Então, eu acho que das crises e dos problemas nós sempre tiramos aprendizagem.

E naquele dia, também, em que estive aqui, fiquei encantada de ver tanta gente e todo mundo concentrado. Por quê? Porque nós estamos sofrendo na pele se podemos ou não continuar na região; se somos pioneiros e desbravadores ou se somos bandidos. Está sendo decidido e o povo responde, porque ele está aqui hoje com toda dificuldade.

Então, Deputado Riva, eu digo para o senhor: Obrigada pela idéia que o senhor teve de propor a criação dessa floresta pública. Ela foi brilhante, e os 24 Srs. Deputados assinaram em baixo. Essas coisas são louváveis.

Parabenizo o senhor e que continue lutando pelo povo da região, principalmente esse povo da região norte que está precisando de programas do Governo estadual e do Governo federal para que viabilize esses pequenos proprietários que nós temos aqui, porque a maioria, Deputado Riva, está abandonada. E o senhor sabe como estamos em termos de prefeitura, a Silda sabe, o Miranda, o Pedro, o Valdir, as poucas condições que temos. E se não dermos condições para que o povo trabalhe, para esse povo tenha alternativa no campo e condições de comércio, nós estamos acabando com a nossa região. Então, nós temos duas medidas muito drásticas, hoje, a serem tomadas. Dizer NÃO à criação do Parque Nacional; ajudar os Deputados e o Governo Blairo Maggi na criação do Parque Estadual; e lutar, Silda, como você teve essa idéia brilhante, para fazermos projetos para o pequeno produtor. Não é só o assentado, mas esse povo que chegou muito antes desses assentamentos, porque senão também eles não vão ter condições de sobrevivência. Então, essa é a mensagem que nós trazemos para Apiacás, para o povo de Apiacás. E Monte Verde não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

poderia ficar de fora. Nós somos solidários, somos amigos, somos companheiros em toda a luta. Contem conosco (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação da Vice-Prefeita, Elizabeth Muraro, em nome do Município de Nova Monte Verde.

Queremos dar início às inscrições realizadas.

Vamos convidar para usar da palavra... Eu gostaria que as pessoas inscritas que foram convidadas subam aqui para usarem da palavra.

Convido o Sr. Rosimar Laranjeira, Presidente do Zoneamento Ecológico-econômico Participativo de Nova Bandeirantes.

O SR. ROSIMAR LARANJEIRA - Boa-tarde, meu povo.

Como todo mundo já disse, mais ou menos, o porquê de vir para cá - eu acho que eu sou o mais novo morador deste município, um dos mais novos -, quero dizer que aqui foi o motivo de eu ter me apaixonado na 4ª série primária pelo Brasil. Falei para os meus pais: Vamos para o norte do Estado de Mato Grosso. Eles falaram: “Esse menino deve estar doido”. E eu sempre falando: Eu quero ir embora para lá; eu quero ir embora para lá. Eles falaram: “Enquanto você não terminar todos estudos possíveis, você não sai de perto da gente”. Terminei. Vim para cá no ano passado, com a exuberância da natureza, com a pujança do Estado e com todo o histórico. Sempre gostei muito de História, Geoistória da população de Mato Grosso, deste Estado. Cheguei a Nova Bandeirantes e fui privilegiado por ter sido votado pela população e por estar terminando o trabalho de zoneamento de lá.

O que eu queria dizer é isso. Resumidamente, é isso e mais uma única coisa: Eu vejo que está se travando uma batalha, vamos dizer, uma quebra de braços entre o poder público estadual e o poder público federal. O argumento que eles vão usar - é bem provável -, para vocês, para nós é o de que, se vão querer fazer um parque, em detrimento da floresta, deve ser por causa da possível erosão genética que vai ocorrer na região, argumentando que existem espécies endêmicas aqui que em nenhum outro lugar do mundo, do Brasil tem. É possível? É possível. Mas, muita possibilidade, pequena possibilidade.

Então, quando eles chegarem aqui, dia 21, bater o martelo que vai fazer o parque, todo mundo vai falar: “Por que parque?” “Não, porque aqui há espécies únicas de coisas...” Então, tudo bem. Vou esforçar para estar aqui. Não garanto. Não sei se vou dar conta. Convém a todos, como o Deputado Riva comentou. Vamos fazer um estudo técnico, sério e aprofundado. Mas se eles baterem a tecla antes, se eles contratarem os profissionais... Pedem os zoólogos e convém pedir botânicos. Lógico, o botânico também, onde formou. A metodologia e amostras das espécies que eles vão identificar aqui: herbário, espécies de animais... Porque, em outros parques que foram criados, também vieram com essa: “Ah, aqui tem espécie que em nenhum lugar do mundo tem. Não pode entrar nem para pesquisa, nem para visita.” Tem fundamento? Tem. Mas, é muito pouca chance. Quase sempre têm, em toda a Bacia Amazônica, as mesmas espécies.

Até então, não posso afirmar para vocês se sou a favor da floresta ou do parque. Se, realmente, identificarem aqui espécies únicas, que só existem aqui, então, tudo bem: as gerações futuras, os nossos netos, os nossos bisnetos, todo mundo vai sofrer danos se for agredido esse ambiente. Mas mesmo com a floresta esse ambiente será agredido a ponto de serem extintas as espécies? Será que vai? Tudo bem! E se as espécies forem extintas, como alguns ambientalistas dizem? Nós vamos perder, porque a engenharia genética no mundo hoje está engatinhando mais ou menos? Nós vamos perder esses DNAs, todos os códigos genéticos dessas espécies. E se perder? Se não tiver mais ninguém aqui para usufruí-las, vai adiantar o quê? Como foi bem dito, o mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

importante em toda face da terra é o ser humano, em troca de Brasil, de Mato Grosso e de mundo. Se não tiver mais ninguém aqui, gente em condições miseráveis para conservar uma única espécie arbórea, vegetal ou animal, vale a pena? Quando esse pessoal técnico for contratado, convém a vocês, a nós acompanharmos de pertinho. Porque isso tem pressão internacional! Lá fora, vocês sabem, eles acham que nós somos um monte de índios, um monte de bobos. É assim que eles pensam de nós lá na Europa, nos Estados Unidos. Eles empurram goela abaixo tudo que eles querem, com uma roupagem às vezes não só de conservacionista, e a gente às vezes engole.

Era isso que eu gostaria de falar. Muito obrigado. Boa-tarde (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Só gostaria de deixar claro que nós não podemos colocar como queda de braço entre o Governo do Estado e o Governo Federal, até porque o Governo Federal logicamente que tem toda, aliás tem a caneta na mão e apesar de a legislação ser concorrente, nós temos que ir até o limite que a legislação federal permite. Nós temos que fazer um trabalho de convencimento, para mostrar ao Governo Federal que a criação de um parque de um milhão cento e cinquenta mil hectares é retirar a oportunidade de geração de emprego para um contingente extremamente grande de trabalhadores que podem sobreviver dessa floresta. É o que eu disse aqui, nós temos que convencer com o apoio do Governador Blairo Maggi, que já declarou esse apoio, e com a manifestação de vocês aqui no dia 21. No dia 21 nós estaremos aqui de volta para mostrar a realidade da região. Hoje nós procuramos fazer uma demonstração técnica, mas nós temos também que mostrar ao Governo Federal a preocupação social, a geração de emprego e renda.

Eu não acredito que Deus criou toda essa floresta para ficar intocável. Acredito que Deus deixou essa floresta para nós usarmos racionalmente, também não é para a gente acabar com ela. Acredito que ele deixou toda essa riqueza pensando que o homem pode viver dela. Agora, nós temos que aprender a viver com ela sem acabar, que também é preocupação das futuras gerações. E a floresta pública possibilita isso. Então, nós queremos deixar claro, até porque nós não temos força para brigar com o Governo Federal, não é Depurado Ságua? Daqui a pouco... Eu participei muito das brigas das expansões das reservas indígena, teve uma em 1983, eu assumi a Prefeitura de Juara e nós queríamos construir uma usina lá no Salto Caiabi, o Sr. Clarindo, morador antigo de Juara, morava bem perto, no Jaú, e nós queríamos construir a usina, já estava com o canteiro de obra pronto, os índios foram lá e destruíram o canteiro de obra, destruíram tudo, sob alegação de que lá tinha um salto sagrado, fiquei preso, detido nesse parque indígena, junto com o cacique Juruna, que na época era Deputado Federal, junto com o Salim, que é sogro do nosso assessor, o Luís Carlos, junto com o Deputado Federal Gilson de Barros, junto com o Deputado Bento Porto. Perdemos a usina. Está lá o salto sem ser explorado. Uma riqueza que poderia ser utilizada para gerar energia, para gerar emprego, para gerar renda. Fugimos desse debate. Não nos possibilitaram o que estamos fazendo aqui hoje, fazer essa discussão lá.

Então, nós não podemos nos acovardar. Não é possível que o Governo Federal não vá ouvir o clamor dessa região e da classe política que está neste Estado, do Governador, dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais, dos Senadores.

Eu vou chamar à responsabilidade os Deputados Federais e os Senadores, que são muito omissos por sinal. Raramente, participam de um ato como este. Todos foram convidados para esta Audiência Pública. Vou chamar a participação deles para esta Audiência Pública, que é muito importante porque eles estão lá. E a maioria da nossa bancada é de sustentação do Governo. Agora, nós nem podemos aqui criticar, porque também é uma proposta do Governo Federal, não é Deputado Ságua, que nós vamos ter a oportunidade de discutir e de dizer não a ela.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Eu sou contra a criação desse parque, como a maioria aqui é. Eu acho que Mato Grosso tem outras áreas para criar parque, que pode representar um prejuízo menor à sociedade. Esse representa um prejuízo muito grande.

Eu quero continuar com as inscrições.

Nós exageramos porque vai para o emocional.

Convido para usar da palavra, o Vereador Edilson Emmel, de Apiacás, que vai falar sobre essa proposta.

O SR. EDILSON EMMEL - Sem delongas, cumprimentos, em nome do Deputado Riva, cumprimento todos os senhores; em nome da nossa Prefeita Silda Kohemborger, em alemão é mais fácil de falar, eu cumprimento todas as senhoras.

Como todos são conscientes, eu também gostaria de lembrar o Deputado, os Srs. Prefeitos da nossa região, que o povo de Apiacás, de um modo geral, está de acordo em preservar o município, de cuidar, porque a biodiversidade, como a cadeia genética, não se extingue no nosso município. Na verdade, nós somos contra o parque federal.

Eu trabalho na extração de madeira desde os 8 anos de idade. Daqui a nove dias eu estarei completando 41 anos. Então, quer dizer, já tem mais de trinta anos que eu sei como funciona o ciclo da madeira e já voltei por algumas vezes e extraí madeira de onde tinha extraído uma vez, e tudo como era antes. Tempos depois, voltei e estava do mesmo jeito.

Então, eu gostaria, desde já, Deputado Riva, de agradecer pelo grande esforço que a Assembléia Legislativa, principalmente a sua pessoa, tem se disposto a propor, pelo menos a propor, e está aí uma proposta que, ao estudá-la - por enquanto é uma proposta... Como o Deputado já disse, eu passei para ele que o certo é de lá para cá e não daqui para lá, porque, inclusive, dentro dessa proposta que Vossa Excelência apresentou existe um proprietário que é muito respeitado na região, que é o Sr. Luiz Serafim, que tem aproximadamente cem mil hectares, quer dizer, mudando-o dali, e ele é um dos maiores empresários da madeira da nossa região. É natural que ele vá preservar a sua área e transformá-la em projeto de manejo.

Então, automaticamente, essa área que está sendo proposta já tem ali proprietários que têm o interesse natural de preservá-la integralmente, transformá-la em projeto de manejo.

Quero também propor a Vossa Excelência que nessa criação... Eu tenho quase certeza de que isso vai ser transformado em uma realidade para alegria de todo o nosso povo. Vossa Excelência já apresenta lá uma emenda para que - eu tenho certeza de que quando isso for floresta pública, o Estado vai querer cobrar uma taxa alta em cima das licitações - esse dinheiro que sair daí não entre em outros setores, mas que volte para beneficiar a própria natureza, o próprio local.

Esteve aqui, em nosso município, aproximadamente há uns dez, onze anos, se não me engano foi o IPE, que fez um levantamento e deixou o nosso município, tipo assim, no salto de chinelo, dizendo que o nosso município tinha apenas oito metros cúbicos de madeira por hectare. Isso é uma verdade. Eles estiveram aqui e nos deram essa estatística. Isso quer dizer que a nossa mata é pobre. Em alguns lugares, eu sou testemunha disso, porque eu cheguei a desmatar trinta alqueires e consegui tirar três cargas do meu caminhão de madeira de lá. Quer dizer que é lá, então, que fizeram essa pesquisa, e é uma das melhores terras da nossa região, mas é uma terra de muito cipó.

Gostaria que Vossa Excelência apresentasse essa proposta para que fosse investido de volta esse dinheiro para enriquecer não só o parque, como as outras áreas que Apiacás tem com investimento até mesmo do Governo Federal, para replantarmos árvores em seus milhões. Daqui a trinta anos, como disse o Mário, nós não queremos apenas colher o que a natureza nos proporcionou,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

queremos colher o que nós plantamos. Há condições de plantarmos árvores para que um alqueire produza não só cem, mas trezentos ou quatrocentos metros cúbicos daqui a vinte anos. Por que deixarmos a floresta reagir sozinha se nós estamos extraindo dela a riqueza? Nós podemos investir lá. O Governo Federal e o Governo Estadual também podem investir nessa área mesmo sendo uma floresta pública para preservar a cadeia genética. Há possibilidade para isso. Se há possibilidade para muitos mensalões, se há possibilidade para o Governo gastar aos milhões para desencadear projetos, como ele fez aí, para desarmar, o que ele fez na Operação Curupira... Quanto que não foi gasto, como alguém já mencionou aqui, em 30 milhões, há tempos atrás, na Rio-92? Onde foi o dinheiro? Se isso foi investido de acordo, conforme a proposta do Governo, a nossa região é rica.

E continuo parabenizando os políticos da região, a população em geral, que sempre deram um grande apoio para que nós continuássemos a sobreviver na nossa região, porque eu faço parte, Pedro, daqueles que em 78 vieram para esta região com o intuito de ser aqui um desbravador. Eu faço parte. Eu era ainda menino. E, de repente, me considerando um herói. Eu cheguei aqui em Apiacás em 86, na lua de mel do meu casamento. Hoje eu tenho uma filha que está em Cuiabá querendo cursar a universidade, já adulta. E, de repente, alguém me considera um bandido.

Naquela época fomos chamados para integrarmos à Amazônia para não entregarmos aos americanos, ou quem sabe à Europa, seja lá quem for. E, de repente, nós não somos mais respeitados e agora estamos aqui apresentado uma proposta de preservar, porque eu reconheço que, desde o princípio, precisamos preservar.

Eu propus ao Riva: Se o Governo Federal disser que 500 mil hectares são pouco, proponha a ele 1.100, se for preciso. Mas que seja para o nosso povo desfrutar, que eu tenho certeza de que todos vão dar as mãos e aplaudir os Deputados e o Governador Blairo Maggi, como disse aqui o Frank, que é a peça chave.

Se Blairo Maggi não pegar isso em punho, juntamente com a comunidade organizada, então eu acredito, Mário, que os 97 mil reais de ICMS Ecológico serão suficientes e vai até sobrar dinheiro para Apiacás. Para que tanto dinheiro para uma cidade apenas com vereadores, prefeitos e alguns fazendeiros por aí? Não precisa de tanto dinheiro! É verdade ou não é verdade? Mas nós não queremos isso.

Para onde iremos nós se implantamos aqui os nossos sonhos? Se foi aqui, vereador que sou, representante dos senhores, foi para cá que nós viemos para poder desenvolver e não sermos bandidos. Se é preciso preservar, nós vamos fazer isso com democracia. Vamos fazer isso com qualidade. Se o Governo Federal sabe tirar a roupa, eu acho que ele precisa também saber colocar a roupa nas pessoas.

Eu quero dizer uma coisa ao Senhor, Deputado Riva, que aqui no Brasil os homens vestem a calça de baixo para cima, o Governador sabe muito bem disso e o Lula está querendo que o povo vista as calças de cima para baixo. E não é assim. Se ele sabe que o prejuízo do meio ambiente é aqui, é daqui que eles precisam extrair as idéias para poder resolver os problemas da nossa região...(PALMAS).

O IBAMA, a Ministra Marina Silva, que muito respeito, estão querendo trazer de lá para cá a proposta. E é o contrário, a calça tem que ser vestida de baixo para cima, porque nos países em que se veste a calça de cima para baixo, são nos países árabes. E lá se resolve à custa de homem bomba, a bico de metralhadora e não é a nossa formação. Aqui é um País democrático, onde é para ouvir a população e eu faço parte dela, principalmente, como legislador deste município.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Continuo, Deputado, pedindo o seu auxílio, o seu empenho, e que as idéias dos senhores continuem avante. Se Blairo Maggi se omitir, ele estará colocando, sim, toda nossa região num grande caos, porque, como disse aqui o Célio, ele distribuiu cinqüenta quatro cestas básicas que daria para uma pessoa se alimentar durante quinze dias, mas nós aqui somos muitos. Existe muita gente por aqui economizando almoço para poder jantar...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA: “É verdade!” - PALMAS.)

O SR. EDILSON EMMEL - É verdade sim, senhores...(PALMAS). Eu estou no meio da população e sei o que eles estão passando. Existem muitas pessoas que ali na costureira, a minha mãe, todo ali tem pessoas que chegam e ficam lamentando a situação, outras derramando lágrimas porque sabem que os filhos em casa, às vezes, não têm o que comer...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA: “É verdade!” - PALMAS.)

O SR. EDILSON EMMEL - E o Governo Federal, com todas as suas propostas, não tem uma proposta de alternativa para suprir a nossa sociedade. Dentro do nosso município, não tem um único secador que possa secar. Se eu quiser plantar arroz, eu não tenho condições. Não tem um único armazém do Governo Federal para dizer assim: “Eu vou comprar a sua produção.” E estão encerrando a madre da madeira que ainda é aquilo que nos sustenta...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA: “É verdade!” - PALMAS.)

O SR. EDILSON EMMEL - Nós não temos um frigorífico e temos os menores preços do boi aqui em Mato Grosso, vocês podem olhar em todas as listas em Mato Grosso, a nossa região tem o menor preço. Tudo isso porque o Governo Federal não quer admitir que o Estado de Mato Grosso continue crescendo, e agora sim, crescendo com sabedoria.

Eu gostaria de propor, S. Excelência, Deputado Riva, que aquela reserva ecológica não fosse ali, porque nós precisamos, sim, dessa hidrovía e o corredor para atingir essa hidrovía tem que ser lá naquele biquinho. A estrada tem que passar por Apiacás, passar por dentro e chegar lá em cima. Isso sem impacto ambiental, com toda pesquisa, com toda tecnologia e a hidrovía vai funcionar por ali. Aí, sim, nós não vamos ter o menor preço, vamos ter o maior preço, vamos ter condição de, em trinta alqueires, engordarmos o boi para viver eu, a minha família e a minha filha que está fazendo faculdade. Mas, na situação em que vivemos, até isso eu vou ter que deixar de fazer. E creio que não sou somente eu, mas todo povo de Apiacás.

Portanto, Deputado, leve o nosso sincero apreço ao Governador do Estado e que tome a máxima urgência para que essa Audiência do dia 21 não chegue aqui e nos peque de surpresa sem a intervenção do Sr. Governador, de Vossa Excelência com os demais Deputados.

Leve o meu abraço ao Deputado Silval Barbosa, conhecido meu desde 84, nos garimpos de Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Garantã do Norte. Gostaria muito que estivesse aqui...

Eu quero dizer aos senhores que desde aquela época ele era um homem dedicado. Tenho muito carinho e muito respeito por ele.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convido para usar a Palavra, o Sr. Seyr Ruelis, Presidente do Conselho do Sindicato Rural de Alta Floresta.

O SR. SEYR RUELIS - Em nome do Deputado Riva, eu quero cumprimentar a Mesa composta. Meus companheiros desbravadores o meu bom-dia.

Os colegas estão estranhando a questão de Seyr, mas esse é o meu nome, porque todo mundo me conhece como Chapéu de Couro. Tenho a grata satisfação de quarta-feira agora, se Deus quiser, completar trinta anos que fui o primeiro pecuarista a atravessar o rio Teles Pires. Desde

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

aquela época represento a pecuária nesta região, não só de Alta Floresta, mas do Portal do Amazonas. Tenho apanhado igual boi na horta, representando essa região e reuniões do meio ambiente, tanto é que o Sindicato de Alta Floresta tem constituído a Câmara Setorial do Meio Ambiente e terça-feira foi constituída na FAMATO o Comitê Estadual do Meio Ambiente, composto com o Sindicato de produção do Estado de Mato Grosso. Eu fui um dos convidados para fazer parte, representando a classe produtiva. Sei dos erros que cometemos quando entramos aqui para segurar o Amazonas, não tínhamos conhecimento do que seria hoje esse projeto e o que viria viabilizar para nós isso aqui, tanto na classe produtora como na classe empresarial, como na classe empregadora, todas as classes que o ser humano ocupa nessa região.

Essa proposta, Deputado Riva, é muito louvável. Os sindicatos... Nós, na FAMATO, tivemos a oportunidade de termos conosco, na quarta-feira, o Governador do Estado, por três horas e meia, à disposição da classe produtora, discutindo vários temas. E um dos temas foi este aqui. Inclusive, ele já nos deu cópia da lei que os senhores aprovaram para regulamentação de como será explorado isto aqui. É muito louvável por parte da Assembléia Legislativa essa proposta.

Eu acredito que, como é uma proposta, tem como nós estudarmos essa divisa, porque nós já vimos, pelo foto-satélite, que já existem pessoas, proprietários aqui dentro que podem ser afetados.

Isto aqui pode ser trocado. Isto aqui, eu acredito que deve ser trocado, como outros companheiros disseram, porque o Governo do Estado disse para nós, a todos os produtores, que ele já tem a intenção de propor a Ministra Marina Silva uma outra reserva dentro do próprio Estado para fazer a compensação, e que essa seja, exclusivamente, para manejo florestal. Então, quer dizer, já é vontade do Governo do Estado que isso aconteça.

Há companheiros que talvez não... Eu não sou político. Não estou aqui defendendo político nenhum, mas, em reuniões, em várias reuniões, representando o Portal do Amazonas... Porque Apiacás está em discussão e é o fiel depositário disto aqui, e o Estado é o fiel depositário disto aqui. Mas, isto daqui vem viabilizar o Portal do Amazonas, que é composto por dezesseis municípios. Se esta palavra que está aqui “Floresta Estadual do Vale do Juruena” venha se tornar lei... Eu acho que já tem Parque Nacional do Juruena. Já existe. Não precisa mais.

Que o Deputado Riva, essa Mesa, o grupo técnico estejam aqui no dia 21 para sensibilizarem as autoridades do IBAMA, porque o Governo do Estado e a sociedade civil organizada têm competência para administrar esse parque. É de muita importância. Eu acho que é muito mais importante do que adiar essa audiência, mesmo porque o senhor sabe muito bem que abril é o prazo para que tudo isso seja consolidado, para não caracterizar projetos políticos.

Então, os prazos estão nos atropelando dia a dia, e a população não só de Apiacás mas também do Portal da Amazônia não agüenta mais prolongar muito o prazo, porque a fome está batendo a nossa porta. E quando a fome entra pela porta, a felicidade pula a janela. Isso aí, nesses trinta anos que estou aqui, desbravando o sertão, representando a classe que mais é criticada, que é a classe produtora. É considerada, como um outro companheiro já disse aqui, um dos maiores criminosos, assassinos. E saem algemados, igual a um meu amigo que saiu algemado num helicóptero daqui para a base aérea, acusado de cometer crime ecológico. Mas eu continuo representando essa classe sem um pingão de vergonha, porque foi essa classe que segurou essa Amazônia para hoje estarmos aqui discutindo, senão estariam discutindo isso aqui lá na Casa Branca, nos Estados Unidos. Não estaríamos discutindo aqui em Apiacás. Então, graças a Deus, por nos ter dado forças e por termos agüentado as crises. Outros que me antecederam falaram das crises que nós passamos aqui no Portal da Amazônia para hoje discutirmos este assunto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Então eu gostaria que o nobre Deputado e a sua equipe técnica fizessem um estudo propositivo disso daqui. E o estudo propositivo de levar isso aqui em nome dos dezesseis sindicatos de produção do Portal da Amazônia. Eu peço, encarecidamente, que esse estudo propositivo convença a equipe técnica do IBAMA que tem um estudo propositivo que todos nós sabemos como foi feito. Da forma como ele foi feito, nos beneficia, porque podemos contestar o estudo propositivo realmente feito de passo a passo, aqui dentro, com o conhecimento que essa população aqui presente e essas autoridades que compõem a Mesa têm na cabeça de cor, porque tem muita gente com trinta anos aqui dentro. E não só conclamo ao nobre Deputado aquele estudo propositivo como também esse estudo propositivo aqui, que é outro departamento, e nós vamos estudar em outra oportunidade.

Mas nós dependemos dessa hidrovia que foi esquecida. Nós, pecuaristas que abrimos o sertão, erramos aqui em desmatar matas ciliares e nascentes, mas hoje nós já estamos com câmaras setoriais dentro do próprio sindicato para corrigir os erros que nós tivemos. E eu conclamo as autoridades que erraram, quando pararam a discussão dessa hidrovia, desse canal de exportação. E como bem colocou o rapaz que me antecedeu, a FAMATO já constituiu o comitê para orientar os produtores como conciliar meio ambiente e produção. Isso serve de argumento para provar para o Governo federal que nós também sabemos corrigir os erros e já estamos conscientes de que não podemos mais errar aqui.

E que esse canal de exportação venha valorizar o pouco que nós podemos produzir aqui dentro, porque se tiver valor o que nós produzirmos, nós teremos condições de sobrevivência, porque nós já atravessamos crises muito maiores do que essa aqui, e estamos aqui para contar a história.

E o Governo que nós temos, hoje, têm competência para convencer a Ministra Marina Silva e a equipe técnica do IBAMA de que o estudo propositivo deles não está correto e que é necessário um estudo propositivo em nível estadual, porque o Estado está mais perto da realidade, e a Assembléia Legislativa Estadual tem os representantes deste Portal da Amazônia. Estão aqui pessoas presentes que foram prefeitos e que conhecem a realidade disso aqui. Façam um estudo propositivo contraditório ao estudo propositivo que o IBAMA tem e convençam o IBAMA que o fiel depositário disso aqui é o Governador do Estado e o Município de Apiacás. São essas as palavras que eu tenho para esta mesa composta. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço a participação do Chapéu de Couro, representando aqui os pecuaristas.

Convido o Sr. José Lúcio da Silva para usar da palavra, comerciante e membro do Comitê Pró-parque. Só faça um favor de nos esclarecer se é Pró-parque ou Pró-floresta Pública?

O SR. JOSÉ LÚCIO DA SILVA - Primeiramente, eu queria desejar boa-tarde a todos. A mesa que está composta, na pessoa do Deputado Riva.

Quero dizer aqui que sou a favor da floresta pública, e Comissão Pró-parque foi um *slogan* de começo de trabalho desse comitê. Há mais de um ano começamos a trabalhar isso.

Eu queria que os Deputados Riva e Ságua levassem essa mensagem aqui de Apiacás. Eu, como representante do Comitê, estou aqui dando uma sugestão. Nós temos aqui, em Apiacás... Eu sou conhecedor dessa região, porque há muito tempo já trabalho aqui e conheço toda ela. Nós gostaríamos, Deputado, que o senhor levasse esta mensagem, estudasse com carinho lá na Assembléia Legislativa. Apiacás, hoje, como disse o Mário, depende de muito mais florestas para que se mantenha o ciclo da madeira.

A uma proposta hoje de trezentos e cinquenta mil hectares, é louvável a atitude da Assembléia Legislativa em antecipar o IBAMA, só que nós defendemos, hoje, através de estudos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

feitos no município, uma área maior para que tenha sustentabilidade. Então, o que nós propomos é que seja uma floresta de mais ou menos setecentos mil hectares, mas que ela venha do Pontal, sobrepondo a estação que hoje já existe, que sobreponha os setecentos mil hectares para que o município tivesse sustentabilidade, haja vista que a maior parte de concentração de madeira, hoje, está na região do Pontal.

Aqui nesta região de florestas é uma região já com uma parte do cerrado, onde também já existem algumas fazendas em andamento. Para Apiacás, não seria viável essa floresta justamente onde ela está hoje aqui.

Eu falo aqui representando a comunidade. Há vinte anos cheguei aqui em Apiacás, com o sonho de trabalhar juntamente com a minha família e produzir. Então, com setecentos mil hectares de floresta pública para que o setor madeireiro trabalhe, automaticamente outros segmentos vão crescer. E para onde vai essa população depois que crescer? Automaticamente, nós precisaremos de mais de uma parte do município para que ela seja explorada por outros segmentos.

Então, eu quero deixar aqui o meu apelo à Assembléia Legislativa, na pessoa do Exmº Sr. Deputado Riva, que estude, que olhe com carinho essa posição nossa aqui em Apiacás, porque nós dependemos, hoje, exclusivamente que a Assembléia Legislativa trabalhe essa situação, porque senão no dia 21, quando chegar o IBAMA aqui, vão nos surpreender com uma proposta que não é do nosso agrado. Nós não queremos parque federal, e sim uma floresta pública com tamanho suficiente para que o município se desenvolva. O município precisa de mais uma parte, já que com a floresta pública o setor madeireiro, a cidade pode crescer, outros segmentos vão precisar de mais uma parte desse município para poder expandir, senão aonde nós vamos, se vamos ter esse crescimento? Provavelmente, é isso que vai acontecer.

Quero deixar aqui o meu abraço à população apiacaense que, mesmo com esse temporal, essa chuva, compareceu. Monte Verde, Nova Bandeirantes e Paranaíta, quero agradecer a esse pessoal que vem acompanhando a nossa situação, que está sendo solidário conosco, assim como os seis Prefeitos da região.

Muito obrigado. São essas as minhas palavras. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Gostaria de anunciar que nós iniciamos esta Audiência por volta das 11:20, 11:30 horas. Nós temos mais dois inscritos, sendo que uma é a Consultora da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Assembléia Legislativa.

Eu gostaria, antes de anunciar o outro inscrito, que a Gina usasse a palavra antes. De repente, por se engenheira florestal, tendo sido servidora da SEMA, da antiga FEMA, perdão, e também do Ministério do Meio Ambiente, pode acrescentar mais nesta Audiência Pública e, de repente, despertar para uma outra discussão.

Quero anunciar também que estamos encerrando as inscrições. Temos apenas mais dois inscritos. Vai usar a palavra a Gina; em seguida, o último inscrito. E aí teremos as considerações da Mesa e o convite para que vocês participem da Audiência Pública no dia 21, que mais pessoas venham com o propósito de falar, de expressar para o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, enfim, o Ministério Público, espero que estejam aqui, a contrariedade em relação à criação do parque.

Com a palavra, a Srª Gina Valmórbida.

A SRª GINA VALMÓRBIDA - São três pontos que eu gostaria de tocar, são pontos que inclusive que já foram falados aqui, mas que eu acho que têm que ser esclarecidos para ficar bem na cabeça de cada um de nós.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

O primeiro diz respeito ao uso da reserva pública, ou reserva estadual, municipal ou federal, não interessa. Todas essas atividades que foram faladas aqui, extrativismo, apicultura, pesca artesanal, óleo, castanha, madeira, tudo isso pode ser feito dentro de uma floresta pública. Quero deixar isso bem claro, mas não pode ser feito dentro do parque. Pareceu-me confuso um pouco na fala se as pessoas tinham compreendido isso. Tudo isso pode ser feito dentro da floresta pública.

Outra coisa que eu gostaria de dizer, segundo ponto, eu sou do estudo técnico, de acordo com a legislação federal, é obrigatória a apresentação de um estudo técnico antes da criação, no caso da nossa floresta. E também está previsto na lei quem faz esse estudo.

Aqui alguém manifestou a preocupação sobre técnicos, contratação. Isso não existe. Quem faz esse estudo é o órgão gestor dessa floresta que será criada. Ou seja, quem faz o estudo, pela lei, é a SEMA. E a SEMA está preparada. Ela tem capacidade técnica, ela tem metodologia, ela é treinada para fazer esse estudo sobre diagnóstico rápido para implantação de unidade de conservação. Então, quem vai fazer esse estudo é a FEMA, perdão, é a SEMA. Eu sou da época da FEMA.

Então, o que eu sugiro? Que haja um trabalho, seja da Assembléia Legislativa, seja da comunidade, da Prefeita, para que a SEMA faça esse estudo ouvindo vocês. Eu percebi que o conhecimento de vocês, que são da área, é muito grande e consistente. Então, é fundamental que a SEMA, que tem por lei o papel de apresentar esse estudo técnico, faça isso junto com vocês. Isso seria, não é, Frank, estar à frente desse movimento, nesse desdobramento, nesse processo junto com um órgão estadual.

Por último, o terceiro ponto. O primeiro grande desafio é justamente esse: criar uma floresta pública, porque ela vai permitir que a economia do Estado, que o Estado não só continue com suas atividades econômicas como tenha um fortalecimento. A floresta, ao ser criada, vem com investimentos, vem com subsídios, senão não adianta criar, ou seja, além de permitir uma atividade econômica, a expectativa é que ela fortaleça o setor.

Então, esse é o primeiro momento, brigar, tentar convencer o Ministério do Meio Ambiente, gente, da consistência desse estudo técnico. Por isso vocês têm que estar juntos com a SEMA.

Eu acredito que o Ministério, a partir do momento que tiver esse estudo consistente, bem argumentado, vai concordar perfeitamente com a criação da floresta. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que ninguém pode esquecer, é o seguinte, a lei ou o decreto que for criar essa floresta só vai definir assim: será criada uma floresta parará, parará, parará... Segundo passo, vem a regulamentação dessa floresta.

Aí é muito importante a participação, Prefeita, de todos os municípios, porque é na regulamentação da concessão de uso que vem os detalhes importantes. Por exemplo, quem pode explorar? Como pode explorar. Isso vai se dar através de um edital, e esse edital terá que ser feito com vocês. Por exemplo: o edital pode dar vantagem aos produtores locais, porque, senão, de repente você tem uma floresta pública e vem um neguinho de uma empresa lá do Rio de Janeiro e participa em igualdade de condições que você.

Então, esse edital precisa ser muito bem feito, priorizando a produção local – isso é só um exemplo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Então, a segunda grande luta depois dela criada é essa regulamentação, ou seja, dizer o que pode ser feito, como vai ser feito. E, inclusive, quando for feito esse edital, vai vir à discussão do direito de propriedade.

Já existe um Assessor Jurídico da SEMA que está estudando algumas possibilidades dentro da Legislação de trabalhar essa questão do direito de propriedade.

Mas, enfim, era só isso. De qualquer maneira, eu estou à disposição, se alguém precisar de informações mais detalhadas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação da Gina e convidamos para usar a palavra o Jornalista do Município de Nova Bandeirantes, Luiz Carlos Bacanelo.

O SR. LUÍS CARLOS BACANELO - Deputado Riva, peço a sua permissão para quebrar o protocolo.

Valdir, Ságua, Frank, Miranda, Beth, Presidente da Câmara, e demais pessoas.

Quebro esse protocolo esquecendo de chamá-los de Prefeito, Vereador ou Deputado porque a minha amiga Silda tem aqui, hoje, cento setenta dois amigos de Nova Bandeirantes, que vieram sofrendo durante sete horas para lhe dar o apoio, porque essa briga, Silda, também é nossa.

Eu acho e peço para Vossa Excelência encarecidamente, Deputado Riva, nós somos favoráveis, 90% de acordo com uma pesquisa que fizemos em Nova Bandeirantes, a floresta pública proposta por Vossa Excelência e pelos demais Deputados.

Lá nós somos contra essa insanidade do Governo Federal, este verdadeiro assassinato de um povo que já é uma raça porque tem uma cultura pior do que o holocausto feito por Hitler, porque, pelo menos, ele usou a câmara de gás e o sofrimento foi mínimo. Desse Governo Federal - e quando eu digo Governo Federal, não digo, Deputado, Luiz Inácio, não digo aqueles outros que passaram, porque essa loucura, esse enforcamento que querem nos fazer é desde o início da década de 90.

Então, peço, Deputado, que Vossa Excelência leve ao Governador Blairo Maggi e que o peso daquela caneta que ele tem, porque ele tem 70% de aceitação nessa região, então, a caneta dele tem o peso, porque tem o povo do lado dele, como sua caneta tem o peso, Deputado, porque o povo vê em Vossa Excelência um grande amigo, pede para ele que decreto do jeito que tem que ser. Porque esse parque nada mais é, na minha opinião, do que um jeito de entregar o que é nosso por alguns Deputados Federais, alguns amigos formados, disfarçados de ecologistas, que estão colocando sem saber a corda nos nossos pescoços. Então, Deputado, nos ajude encarecidamente. Ajude esse povo que anda mais de 130 quilômetros, como os amigos de Paranaíta. Esse povo sofrido, esse povo que precisa, sim, Deputado, preservar, precisa desta floresta pública.

Obrigado. Eram essas as minhas palavras. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos ao jornalista Luiz Carlos.

Convidamos para usar da palavra, o último inscrito da participação popular, através das inscrições, um proprietário de Nova Bandeirantes Jefferson Jorge Salomão.

O SR. JEFFERSON JORGE SALOMÃO - Boa-tarde autoridades, boa-tarde prefeitos; boa-tarde, prefeita; e boa-tarde, Deputado Riva, em seu nome saúdo todos os presentes!

Eu apenas quero fazer um desabafo: nós que somos proprietários lá de Bandeirantes, fomos pego de surpresa. Vendi uma propriedade no Estado de São Paulo para aplicar o dinheiro aqui no Estado de Mato Grosso. Lá já tenho a pecuária, já abrimos uma fazenda, tem pasto, já tem quase uma turma que está junto comigo, que todos estão morando lá no lugar, já estão sendo feitas a exploração pecuária e estão fazendo manejo florestal em toda área.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

Então, eu acho que deveria ter um pouco de paciência e acato conosco, porque nós estamos sofrendo, estamos tendo muito prejuízo, acredito que eu estou sendo até tocado daqui, entenderam? Estou sendo expulso das minhas terras.

Eu vim aqui para investir, não vim aqui para brincar. Eu tenho um projeto, tenho uma madeireira em Nova Bandeirantes com capacidade para trezentos funcionários. Nós colocamos até cem funcionários trabalhando, está todo mundo parado, tudo numa situação muito difícil.

Há pouco eu estava lembrando, quando o nosso Promotor Raul, na última reunião, nos disse que a cidade da mãe dele, Santa Catarina, foi prejudicada depois que tiraram a madeira. Só que eu quero dizer o seguinte: E o Estado de São Paulo que começou com exploração de madeira, o Paraná, hoje tem usinas de álcool produzindo lá no Paraná, na Cidade de São Paulo, por que não pode ser feita uma usina de álcool aqui, que estamos tão carentes de petróleo? Hoje nós sabemos que o petróleo aqui é o mais caro do Brasil! Por que não pode fazer uma usina de álcool aqui? Esta terra é muito mais fértil do que a de lá, chove muito mais.

Então, eu venho aqui trazer o progresso para vocês. Quero progresso para a região e este parque vem para nos tocar daqui. Lá no Mato Grosso do Sul nós produzimos há noventa anos e nunca tivemos problema dessa natureza. Eu vim me deparar com isso aqui. É uma coisa nova, querem fazer política nas nossas costas.

Eu acho que fazer política é muito bonito, é muito bom, só que sem prejudicar ninguém. Vocês estão entendendo?

Então, eu venho aqui trazer o meu abraço a vocês, sou companheiro. Eu acho que Bandeirantes deveria ficar fora. Eu nunca vi reserva pular o rio. Eu acho que o rio São João tem que ser divisa e que esse parque seja reduzido, sim. Porque, não? Para que um Parque desse tamanho? Isto é maior do que um país da Europa. Eu acho que para preservar... Eu vim voando de Três Lagoas até aqui. São doze mil quilômetros. Vim no meu avião. E eu vi aí muitas margens de rio que foram desmatadas até na beira do rio. Isso aí é que tem de ser visto, é que tem de ser fiscalizado. Daqui a um tempo todos os rios vão secar, vão ser assoreados como está lá em São Paulo, hoje. Os paulistas estão mais preocupados com a gente do que com o rio deles que estão poluídos, que estão assoreados. O rio Tietê hoje é o rio mais poluído do mundo. Eu acho que tem muita coisa mais importante para o Governo ver do que vir aqui atrás de nós e pegar um país desse tamanho aí, porque eu acho que isso aqui não é um parque, é um país. A gente tem que trazer o progresso para cá. Nenhum município é melhor do que o outro. Vocês todos têm o mesmo direito dos municípios de lá.

Então, eu venho aqui propor a redução do parque. Há companheiros nossos que já estão morando ali, produzindo, tirando leite, tratando da família, e nós vamos ser expulsos de lá.

Então, venho aqui pedir, Deputado, com carinho, que Vossa Excelência revisse essa questão e nos dê um apoio.

Muito obrigado. Um abraço (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu indago se alguém da mesa quer fazer alguma observação.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Ságuas.

O SR. SÁGUAS - Só para fazer as considerações finais.

Quero dizer, Deputado Riva, que nós estamos pensando seriamente na possibilidade de estar aqui no dia 21. Dizer que a gente observou várias preocupações. O Vereador Edilson até usou uma figura de linguagem para dizer que a coisa desce goela abaixo. Acho que isso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

só poderia acontecer se não estivéssemos mobilizados, se não estivéssemos trabalhando em cima dessa questão.

Então, como eu já disse no início da minha fala, esse estudo começou preliminarmente em 1999, mas foi em 2002 que ele ganhou corpo para estudo de criação desse parque nos governos anteriores. Então, não cabe a nós acusar nem um governo nem outro. Quem estivesse no Governo agora, provavelmente daria segmento a essa proposta. Mas uma coisa muito importante aconteceu do ano passado para cá, que foi esse termo de cooperação entre o Governo do Estado e o Ministério do Meio Ambiente, de tal sorte que toda a parte florestal foi repassada para o Estado. Eu não tenho dúvida nenhuma que qualquer atitude no sentido de criar esse parque terá que passar pelo Estado, terá que passar pela SEMA, pelo Governo do Estado, pela Assembléia Legislativa, pelos municípios, pelas Câmaras. Então, eu acredito que nós temos de estar mobilizados.

Aqui, nós temos uma proposta, eu acredito que de razoável para muito boa a proposta. Foi colocado por todos aqui que deve haver a ampliação do parque, principalmente para o setor madeireiro. Então, eu acredito que aqui não existe a proposta totalmente contra a criação do parque. Está se oferecendo uma alternativa que é de razoável para muito boa. E eu acredito que nós devemos trabalhar com essa tese de fazer essa contraproposta para que o Ministério e o IBAMA possam de fato aceitá-la.

Eu vejo com uma certa tranqüilidade. Porém, não podemos ficar parados. Nós temos que nos mobilizar, temos que discutir e temos que propor. Inclusive em outras regiões temos que fazer isso.

O vereador Edilson está meio preocupado com a questão de que a arrecadação feita para licitação deve voltar para a própria floresta. No Acre, 50% voltam para a floresta e 50% vão para o órgão que também desenvolve atividades na floresta. Então, sem dúvida nenhuma, nós temos que encontrar resultados para produzir mais riqueza, para gerar mais riqueza.

Então, era isso que eu gostaria de colocar. Se, de fato, for confirmada para o dia 21, o Deputado Riva e eu, pelo menos, poderemos fazer todo esforço no sentido de estarmos presentes nessa audiência.

Era isso que eu gostaria de dizer. Deixo um abraço a todos e a todas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria de, primeiramente, dizer o seguinte: Algumas pessoas não tiveram a oportunidade de estar aqui, mas gostariam de ter estado. Eu quero registrar que o Deputado Silval Barbosa chegou por volta das 08:40, sobrevoou a cidade, mas não conseguiu descer, juntamente com o Deputado Pedro Satélite, se não me engano, com o Deputado Dilceu Dal Bosco e com o Dr. Luís Henrique, da SEMA.

Esta audiência pública está sendo integralmente taquigrafada pelo serviço de taquigrafia, e será entregue para todos uma cópia da Ata.

O Deputado Eliene, que esteve em uma audiência pública realizada anteriormente, hoje está no Araguaia e também não conseguiu sair de lá por motivo de força maior. Está chovendo praticamente em todo o Estado. Só conseguiu chegar aqui quem madrugou. Não é, Deputado Ságua? Nós decolamos às 05:30 horas de Cuiabá, porque eu tinha marcado que chegaria aqui às 08:00 horas. Nós demos sorte por ter um bom piloto. E, graças a Deus, fizemos um pouso bom e conseguimos chegar.

Então, eu queria registrar que essas pessoas são parceiras. Nós temos que tomar um cuidado muito grande para não partidarizar essa luta, não partidarizar. Não adianta. Nós temos que dar graças a Deus à democracia. Em outros momentos, ninguém ouviria ninguém para criar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

parque, e teria um decreto de cima para baixo que o criaria. Graças à Deus, hoje, nós temos a oportunidade de discutir, de divergir, de apresentar o contraditório.

Lá em Tabaporã, há dois anos, fizeram o maior estardalhaço. Iam criar um parque indígena em uma reserva indígena de mais de 800.000 hectares. Pegariam 75% da área produtiva dos municípios: um pedaço de Juara, um pedaço de Itaúba e um pedaço de Sinop, mas nós iniciamos um processo de discussão. A sociedade não cruzou os braços, e nós conseguimos por reduzir isso a uma área de 70.000 mil hectares, negociado.

Aliás, eu ainda sou a favor de mais, que o Governo do Estado facilitasse os manejos, o Governo federal. Esse Termo de Cooperação veio em boa hora. Nós temos que falar do desprendimento, porque também... Imaginem os senhores que para assinar um termo de cooperação como esse, o Governo federal, principalmente a Ministra Marina Silva, que é muito radical - e eu falo que isso aqui não é uma crítica, é uma posição ideológica dela - teve que acreditar no Estado, teve que acreditar no Estado. E para acreditar no Estado, nós tivemos que ter à frente da SEMA uma pessoa que tivesse credibilidade. E o Dr. Marcos Machado transmite essa credibilidade, em função de ser Promotor, de ter passado por quatro Secretarias no Estado: Administração, Segurança Pública, Saúde e, agora, Meio Ambiente. Em todas as pastas que ele passou, fez um trabalho sério. Até isso, nós precisamos ter pessoas de credibilidade à frente dessa pasta para assinar esse Termo de Cooperação.

E nesse Termo de Cooperação Mato Grosso ficou legitimado a legislar sobre muitas questões que estavam mais afeitas à União. Por exemplo, para essa situação do setor madeireiro só vamos encontrar solução através desse Termo de Cooperação que tem anuência do Governo federal.

Então, nós não podemos partidizar essa discussão. Ela não pode ser sectária. Ela tem que ser uma luta de todos nós, tem que ser uma bandeira aqui da região, do Estado, e precisa ter o apoio do Governador Blairo Maggi.

E para começo de conversa, nós temos que pedir uma audiência com o Governador, agora para a próxima semana, por sugestão do Prefeito Pedro, da Prefeita Silda, do Valdir, do Miranda, do povo de Nova Monte Verde, pedir uma audiência com o Governador, com os prefeitos, para relatar esta Audiência Pública e falar da nossa preocupação, para o Governador interceder, antes do dia 21, para que a Audiência Pública do dia 21, mesmo que tenham os estudos técnicos, que eu não duvido, pode até ter, talvez o Governo Federal já tenha encaminhado neste sentido, o Ministério do Meio Ambiente, junto com a Procuradoria, Ministério Público Federal, que não venha empurrar goela abaixo a criação deste parque. Eu não acredito que vá acontecer isso.

Eu acho que, em função de tudo o que aconteceu, dos antecedentes, o Governo Federal vai nos ouvir. Eu acredito nisso! E nós temos que vir aqui no dia 21 até com um número de pessoas maior. Acho importante mobilizar a classe política da região. Lamento aqui a ausência do Município de Alta Floresta, que tem um impacto muito grande na economia, na criação desse parque. É importante estender esse convite à Prefeita, à Câmara Municipal de Alta Floresta para estarem aqui nesse dia. Apesar de saber que tem madeireiros de Alta Floresta, é bom a presença do Poder público.

Então, eu só quero agradecer a paciência de vocês, é uma luta de vocês de estarmos aqui interessados nessa luta, como representante do povo. Eu e o Deputado Ságuas temos esse compromisso. Não estamos aqui fazendo nenhum favor. Viemos aqui, porque temos compromisso com o Estado e com essa região, como Deputados da região. Vocês podem contar conosco. Nosso mandato lá, na Assembléia Legislativa, está à disposição desta região para defender

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA FLORESTA PÚBLICA
ESTADUAL DO VALE DO JURUENA, REALIZADA EM APIACÁS, NO DIA 11 DE MARÇO
DE 2006, ÀS 09:00 HORAS.

a região. Não estamos fazendo nenhum favor. Estamos cumprindo com o nosso papel, Jefferson. Então, vocês contem conosco.

Vamos estar aqui no dia 21, se Deus quiser. Vamos tentar sensibilizar mais colegas para estarem aqui para vermos um número maior de Deputados Estaduais e somar com a classe política da região, com a classe produtora. Mas eu acredito que foi muito positivo, mesmo com toda ausência, em função da chuva, mesmo com a dificuldade de alguns chegarem aqui - e aí eu parablenizo a comitiva de Paranaíta, a comitiva de Nova Bandeirantes que fizeram esse esforço de chegar até aqui.

E agradeço o nosso serviço de Taquigrafia, ao Cerimonial, à Imprensa.

Vou pedir aos Deputados Estaduais que percam um tempinho assistindo à fita das gravações desta Audiência Pública para mostrar que mesmo com toda dificuldade as pessoas compareceram aqui.

Então, só nos cabe agradecer no encerramento desta Audiência Pública. E dar uma oportunidade a vocês, talvez muitos ainda não ouviram o Hino de Mato Grosso... Veio o Hino de Mato Grosso? Não veio. Que pena! Vocês iam cansar um pouco mais, porque é um hino comprido mais do que esperança de pobre, mas é um hino muito bonito. É uma pena que não veio! Então, gostaria de encerrar esta Audiência Pública convidando todos para estar aqui no dia 21, às 09:00 horas, para a Audiência Pública que será promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, em conjunto...

O Pedro está torcendo para chover. Tomara que chova depois que pousarmos, porque não vai dar para vir de carro.

É muito longe, não é, Chapéu de Couro? E nós teremos Sessão à noite, lá em Cuiabá.

Muito obrigado a todos vocês! Um grande abraço! Muito obrigado mesmo, pela paciência (PALMAS).

Está encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.